



FUNDESTE

Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste

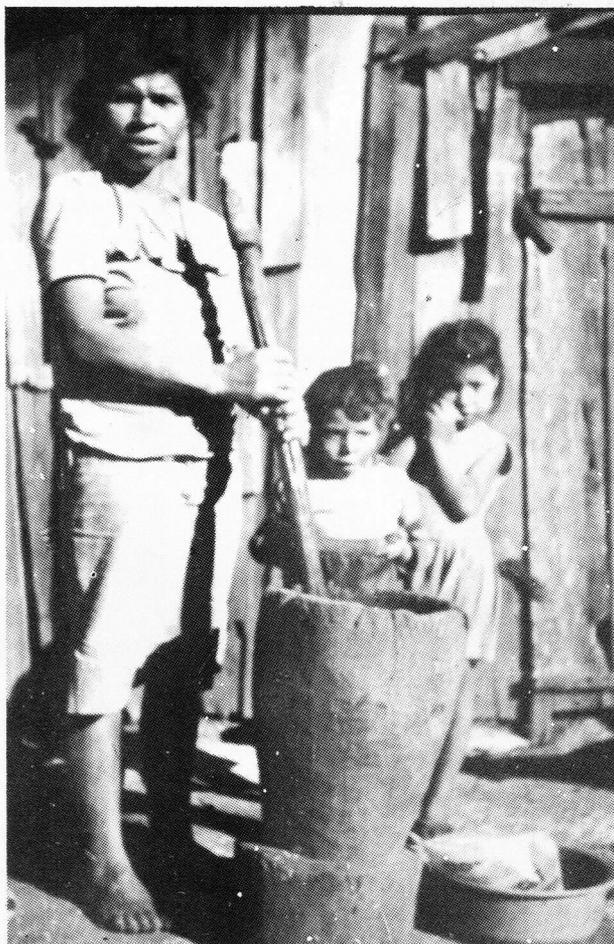


Foto: Arlene A. Renk (1990)

**Cadernos do Centro de Organização
da Memória Sócio-Cultural do Oeste
de Santa Catarina-CEOM**

Ano 5

No. 7

Abril /91

Chapecó - SC

CADERNOS DO CEOM. Chapecó, FUNDESTE/Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de SC, 6 (7), abr. 1991.

1. História - Periódicos. 2. Santa Catarina - História - Periódicos. I Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste.

CDD 900. 05 981.6405

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR

APRESENTAÇÃO

Diretor Geral: Prof^o Plínio Seidler

Vice-Diretora: Prof^a Reni Cecília IOP

Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina

CEOM

**Cortesia
CEOM/Unochapecó**

Cadernos do CEOM (Publicação semestral)

CONSELHO EDITORIAL:

Coordenadora Editorial: Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz

Membros: Alceu Werlang

Arlene Anélia Renk

Pedro Francisco Uczai

Santo Rosseto

Secretária: Sara Maria Prior

-Chapecó (SC)-

SUMÁRIO

• **Apresentação**

Santo Rosseto

• **As representações da colonização, no oeste catarinense, a partir dos brasileiros**

Arlene Anélia Renk

• **Caboclo: pioneirismo e marginalização (Reedição)**

Jaci Poli

CONSELHO EDITORIAL

Coordenadora Editorial: Hilda Beatriz Dalmak Ortiz

Pedro Francisco Uccari

Santa Rosseto - 2. Associação

Secretaria: Sara Maria Pior

1994.189.50.009.000

-Chapécó (SC)-

APRESENTAÇÃO

Santo Rosseto*

As diversas etnias que constituem o sujeito histórico do desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina estão paulatinamente emergindo à luz da ciência, como resultado do trabalho de pesquisadores que se empenham na concretização dos objetivos gerais do CEOM. Dentre as etnias que marcam significativamente o desenrolar histórico-dialético dessa região do Estado, a dos Caboclos, ou "Brasileiros", é novamente focalizada neste nº 7 dos "CADERNOS DO CEOM". O nº 3 já se havia ocupado do assunto, publicando o estudo de Jaci Poli, "Caboclo, Pioneirismo e Marginalização". Rapidamente esgotado, pela grande demanda que teve, este estudo está sendo reeditado no presente número, com pequenos cortes e modificações. A maior parte do conteúdo deste nº 7, entretanto, é o contido no estudo inédito da antropóloga Arlene Renk, intitulado "Representações da Colonização do Oeste Catarinense, a partir dos Brasileiros".

Não se trata de duas matérias iguais, apenas justapostas por simples razão de economia editorial, ou outro motivo secundário. São duas matérias diferentes, sobre o mesmo universo humano e social. Diferentes, mas complementares. Esta complementariedade é a razão principal de sua publicação em conjunto.

Poli ocupa-se dos caboclos como historiador. Através de uma pesquisa bibliográfica, seu objetivo é o de apresentar a fase cabocla do processo histórico de ocupação do solo do Oeste de Santa Catarina, bem como as características sócio-culturais decorrentes do modo de produção dessa população que sucedeu à indígena e antecedeu à dos imigrantes colonos gaúchos. Resgata a importância da etnia cabocla, contra a tendência a considerá-la apenas um antecedente

* Sociólogo e professor do CES/FUNDESTE.

têmporo-espacial da "verdadeira" história que começaria com a vinda dos colonos do Rio Grande do Sul.

Arlene é antropóloga. Como tal, penetra no íntimo do ser-caboclo, desvendando a necessidade de verificar se a representação que este faz no processo de colonização corresponde à representação que do mesmo processo faz o branco, o ser-europeu. Em outras palavras, Arlene traça os primeiros indicadores de uma pesquisa de campo de longo alcance, sobre a identidade dos "brasileiros", confrontando a representação imposta de fora e a auto-representação, expressa pela manifestação oral que os caboclos fazem de si mesmos, como agentes do processo.

Temos plena certeza que este nº 7 dos CADERNOS DO CEOM, embora atrasado quanto à data de sua publicação, assinala um importante passo à frente, na pesquisa histórica e antropológica do Oeste Catarinense, como meio de abrangência da FUNDESTE, mantenedora do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste - CEOM.

AS REPRESENTAÇÕES DA COLONIZAÇÃO, NO OESTE CATARINENSE, A PARTIR DOS BRASILEIROS

Arlene Renk*

1. Introdução; 2. A construção da Identidade étnica brasileira; 3. A colonização e as rupturas; 4. O tempo "d'antes"; 5. Representações escatológicas; 6. Palavras finais; 7. Notas; 8. Bibliografia.

1. INTRODUÇÃO

Este texto trata dos efeitos da colonização no Oeste Catarinense, a partir da população atingida, os brasileiros, como se auto-denominam, ou caboclos como são estigmatizados pelos colonos de origem (1).

Esta população brasileira encontrava-se localizada na área, no sistema de posse, a partir de meados do século passado, levando um modo de vida tradicional, com agricultura em pequena escala - nas terras de plantar - e criação de gado para o consumo - nas terras de criar. Voltava-se também, ao extrativismo da erva-mate. Com o processo de colonização, principalmente a partir de 1930, será expropriada da terra desestruturando o seu modo de vida peculiar.

* Mestre em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ.

Professora do CES/FUNDESTE

Este texto resultou de pesquisa documental e de campo, esta última realizada nos municípios de Ponte Serrada e Vargeão, em diferentes momentos, de 1987 a 1989, fazendo parte do corpo de um trabalho maior (2).

A área em questão foi colonizada pela Cia. Colonizadora Angelo de Carli e Irmão, depois nominada Colonizadora Cruzeiro. Neste texto será tratada por Companhia, valendo-se da categoria nativa de nomeação.

Esta Companhia arrematou para o seu empreendimento colonos italianos (3) do Rio Grande do Sul, principalmente aqueles expulsos ou em vias de expulsão dos minifúndios daquele Estado.

O grupo pesquisado volta-se, atualmente, ao trabalho assalariado, extraíndo erva-mate, por tarefa. Logo, são ervateiros e tarefeiros, o que corresponde a um ofício étnico, de exclusividade dos brasileiros que não encontram colocação em outra atividade remunerada. Esta atividade extrativista é avaliada de fora como a mais baixa de uma hierarquia de ocupações. Por parte da população de origem há uma tendência em naturalizar esse serviço como "coisa de caboclo, que só faz isso, que só sabe fazer isso". Não bastasse essa naturalização atribuem-lhe o status de "estrangeiros": "estes que não são daqui, que hoje estão aqui e amanhã ali" (em razão dos deslocamentos sazonais do ofício).

Neste sentido, o texto é uma tentativa de recuperar uma dimensão ignorada pela história utilitarista (isto é, aquela história do vencedor e dos grandes feitos): resgatar a versão dos que foram espoliados, desses homens em carne e osso que sentiram e avaliam a colonização de forma diferente da história oficial e laudatória.

Para memorar os atos do colonizador temos estátuas, praças, placas, nomes de ruas lembrando seus feitos. E dos caboclos, que são hoje literalmente transformados nos outros, pouco se tem dito.

Inicialmente será tratada da construção da identidade étnica brasileira na área em questão, uma vez que hoje, sessenta anos após a ocupação, mantém-se nítidas e demarcadas socialmente as fronteiras entre os grupos de origem e

os brasileiros.

2. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA BRASILEIRA

A colonização, além do processo de expropriação, representou o momento da descoberta da diferença, da existência e da imposição de outro sistema, aquele do italiano, quando "tocou de fazer tudo mais ou menos igual".

Descobrir, reconhecer e assumir a diferença é um momento decisivo para a construção da identidade étnica, cuja emergência é sempre histórica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1983: 124). Essa emergência da identidade étnica marca um tempo anterior, quando "era tudo brasileiro", "só brasileiro" e um outro tempo, onde o mundo passou a dividir-se entre os brasileiros e os de origem. Neste caso, o étnico passa a ser um princípio de visão e divisão do mundo (BOURDIEU, 1984:4). Os ex-posseiros, no caso, são reduzidos à condição de minoria (cf. BANTON, 1979), a partir da fronteira de exclusão. Esta fronteira é traçada pela maioria, no caso, a italiana - definindo a categoria social a ser excluída - os caboclos, um grupo com habitus diferente, e com menor poder de impor a sua visão e representação do mundo.

A situação de minoria traz similitude com a abordagem da identidade étnica de EPSTEIN (1978), por entendê-la como um contínuum com pólos negativos e positivos nos extremos. O pólo negativo seria essencialmente aquele imposto de fora, carregado de atributos negativos, desqualificativos. Este tipo de identidade étnica estaria presente nas situações onde o grupo ocupa posição inferior ou marginal na hierarquia social, como na situação colonial (EPSTEIN, 1978:102/3).

No caso em questão, a identidade de fora, ou seja, aquela que estaria no pólo negativo, é a cabocla e, como uma forma extrema para a acusação ou estigmatização, é a identificação de negro, independente de traços diacríticos. A expressão comum, entre os de origem, no caso os italianos, para a designação aos sem origem é a seguinte: "cani, negri e corvi, tutti compagni (cachorros, negros e corvos,

todos iguais)".

Esta identidade, imposta de fora, não coincide com aquela formulada a partir dos brasileiros, uma vez que é matéria de percepção, conforme EPSTEIN (1978:27). A imposição da percepção é objeto de luta, para marcar o seu lugar e o do outro, implicando numa categorização. Esta categorização, segundo BOURDIEU (1984:6), trabalho de explicitação e classificação, realiza-se incessantemente, por ocasião das lutas que impõem os agentes sobre o sentido do mundo, de sua identidade social, através das formas de bendizer, maldizer. Ainda, segundo este autor, nas sociedades arcaicas uma das formas elementares do poder político consiste no poder, "quase mágico", de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação.

Ainda, a atribuição, de fora, isto é, a identidade no pólo negativo, segundo Epstein, corresponde ao que CARDOSO DE OLIVEIRA (1983:129) denomina de identidade estigmatizada e, em nosso caso, caboclo ou negro.

De modo geral, brasileiro é a categoria de auto-atribuição e a equivalência no outro grupo seria de origem, quando for genérico, ou italiano, no caso particular. A partir dos brasileiros a identidade estigmatizada do outro grupo será gringo. As equivalências podem ser encontradas nas díades:

AUTO-IDENTIFICAÇÃO	BRASILEIRO	DE ORIGEM ITALIANA
IDENTIDADE	CABOCLO	
ESTIGMATIZADA	NEGRO	GRINGO

A última identidade, negro, não encontra equivalente na denominação atribuída ao grupo de italianos.

Apresentada a construção da identidade étnica passa-se à colonização e às rupturas que esta representou.

3. A COLONIZAÇÃO E AS RUPTURAS

A colonização na área pesquisada representou uma mudança relativamente acelerada. A introdução de valores externos deixou à população local as opções: adaptar-se ou ficar excluída, isto, por duas razões. A primeira razão seria a desestruturação do modo de vida anterior à colonização; a segunda, pelo descompasso criado entre o habitus da população e as estruturas econômicas introduzidas com a colonização. O habitus não se transforma com a rapidez exigida pelas mudanças introduzidas.

A desestruturação de um modo de vida anterior, com a desorganização da base morfológica do grupo de posseiros, alterou os diversos níveis de vida dessa população. A alteração da base morfológica já mereceu estudos de BOURDIEU e SAYAD (1964) que, naquele caso, resultou na "crise do desenraizamento"(4). No caso em questão, o momento de ruptura é o da colonização, isto é, quando a empresa colonizadora atinge as terras ocupadas pelos posseiros, afetando o seu modo de vida. A colonização, a Companhia, é internamente apontada como um divisor de tempos e do mundo dos ex-posseiros: antes e depois da Companhia. O tempo anterior, chamado tempo d'antes ou a tempo antigo, é apresentado como um "tempo que não volta mais", por isso é idealizado e apresentado em oposição à situação presente de penúria, "estragada". Este aspecto será retomado posteriormente. À Companhia enquanto empreendimento particular (WAI-BELL, 1979:236), interessava a venda da terra "de boa qualidade" a "gente de boa qualidade", resumindo, vender a terra e obter lucros. Isto exigiu que selecionasse seus compradores. A eventual entrada de pessoas ou grupos considerados indesejáveis poderia comprometer o seu empreendimento. De outro lado, encontrar a terra ocupada, mercadoria a ser vendida, com moradores estabelecidos, no regime de posse, poderia também comprometer o empreendimento comercial. Para que isto acontecesse era procedida a "limpeza da área". Neste caso, o direito de propriedade prevaleceu ao de ocupação. Esta, de modo geral, foi ignorada enquanto direito, vista unicamente enquanto infração: intrusamento.

Além disso, houve a preocupação com a infiltração em novas áreas, com a proibição (legal) em invadir as terras devolutas e/ou tituladas. Quanto às áreas tituladas (5), em caso de haver ocupantes, os posseiros foram ignorados. Tomando especificamente o imóvel Fazenda Ressaca, objeto da colonização aqui abordada, uma parte deste imóvel foi legitimada, invocando a lei de terras, com ocupação anterior a 1850. A outra parte foi comprada, como excedente, que neste caso atingiu a área de 40.000 hectares (6). Diante disso pode-se levantar hipóteses: ou houve aquiescência do proprietário formal na ocupação da área ou o proprietário a desconhecia. Na segunda hipótese, o mínimo a se supor é a "ficção" da venda das áreas exclusivamente para serem ocupadas, conforme dispunha a legislação. Para os ocupantes, como será visto adiante, a área sempre foi tida como "do Estado ou do Brasil". Isto referindo-se à Fazenda Ressaca e outras áreas adjacentes, tituladas, as quais nunca foram apresentadas pelos ex-ocupantes como de propriedade dos fazendeiros que as legalizaram.

A ocupação das áreas, anterior à colonização, pelos brasileiros, no sistema de posse, do ponto de vista do Estado e dos colonizadores (aqui tomadas as Companhias territoriais e os compradores) passou a ser vista como um intrusamento, isto é, uma ocupação ilegítima, uma invasão à área devoluta ou titulada (7). Quando os colonizadores entraram em Ponte Serrada e Vargeão, na década de 30, já encontraram os "negros brutos", como se referem aos antigos ocupantes, que são contrapostos aos "caboclos civilizados" de hoje. O contato entre os dois grupos, ocupantes e colonizadores, cujos mapas cognitivos não eram embasados nos mesmos referenciais, constituiu um caso típico de fricção interétnica, no sentido empregado por CARDOSO DE OLIVEIRA (1976:56/7), "para enfatizar o caráter conflituoso das relações interétnicas, moldadas por uma estrutura de sujeição e dominação.

A Companhia encontrou os brasileiros estabelecidos, embora nesta área a população era rarefeita. Havia também indícios de "outros caboclos", que já tinham passado pela área, ficando apenas as "taperas antigas", cobertas de taquaras. Segundo um colono pioneiro, isto é, um dos primei-

ros a migrar à área, a Companhia tomava a seu encargo a retirada e dispersão dos estabelecidos, a fim de não comprometer o seu empreendimento comercial e "não prejudica a gente", isto é, o comprador.

Um dos primeiros pontos de atritos da Companhia com os intrusos, além da ocupação da área, era a criação de animais soltos, sem o uso de cercas nas terras de criar. No período pré-colonização, com a abundância de terras, a lavoura ficava distante da casa e a criação de animais soltos não prejudicava a primeira área. Este tipo de atividade exige a amplitude de espaço físico, o que só era possível numa área sem concorrência.

Os conflitos com a Companhia originar-se-iam por duas razões. A primeira, pela desvalorização, no mercado imobiliário, das áreas próximas às dos intrusos, com a criação de animais sem o uso de cerca (BREVES, 1985; CAMPOS 1987). Interessava à Companhia o fim dessa prática para não comprometer o seu empreendimento comercial. A segunda razão, em nível de atitudes, seria a utilização da área de modo "racional", evitando-se o abandono das áreas plantadas e derrubadas de novas áreas sem utilização das anteriores. Neste caso, contaria com o trabalho familiar, o que, do ponto de vista do colonizador, produziria melhores resultados. Além disso, o argumento étnico, de origem, embasou-se no desperdício da área e no não saber aproveitá-la corretamente. Este argumento foi recorrente no Oeste Catarinense, seja, quando as colonizadoras tentavam a expropriação dos remanescentes da ex-colônia Militar (POLI, 1987) ou no caso do Toldo Chimbangue (CIMI, 1984).

Quanto à criação de animais é necessário esclarecer alguns pontos. Antes da colonização e no início desta, tratava-se de gado bovino e suíno, para consumo familiar e eventual venda às tropas que passassem pela região. Com a colonização, e em decorrência desta, houve a instalação de frigoríficos no Vale do Rio do Peixe, na década de 40. A presença de frigoríficos incrementou a safra de porcos (LOBATO, 1970:87/92; WACHOWICZ, 1984; CAMPOS 1987:135/156). A criação de animais, no sistema de safra, inicialmente, consistia numa atividade de entressafra da erva-mate. Com o

declínio da economia ervateira, depois da queda de 1931, passou a ser a principal atividade. Havia um "sistema primitivo", segundo Lobato, que era o do porco alçado, criado exclusivamente com frutos, como a imbuia, pinhão e vegetais e o único cuidado dispensado era o sal. Este sistema exigia grandes áreas, em média de 5 hectares por cabeça (LOBATO, 1970:92). A safra consistia na derrubada do mato, queima da área e plantio de milho e abóbora. Após o amadurecimento desse plantio, os animais eram soltos e "criavam por si". Na safra a área de um hectare possibilitava a engorda de quatro cabeças de suínos. Após a engorda os animais eram "tropeados", conduzidos em tropas, para os mercados consumidores. Estas atividades só eram compatíveis em áreas de baixa densidade demográfica, e não em áreas de agricultura intensiva (LOBATO, 1970).

Em princípio a safra era uma atividade típica de brasileiros, mesmo havendo diferenciação econômica interna. É comum os italianos mencionarem os brasileiros safristas. Em Ponte Serrada e Vargeão são sempre lembrados os Guedes que "lutavam com safra". No entanto, à medida em que consistiu numa atividade lucrativa, após a industrialização do Vale do Rio do Peixe e em Chapecó, muitos foram os italianos que se "fizeram tocando porcos", isto é, como safristas ou intermediários na transação. De qualquer forma, falando de fora, acerca dos brasileiros, a safra é apresentada como atividade típica destes, ficando ressaltada a incompatibilidade entre a colônia e a safra.

De modo geral, os italianos migrados à área entenderam como legítima a ação da Companhia na retirada dos intrusos estabelecidos. Havia uma cumplicidade com a colonizadora, alicerçada na incompatibilidade dos dois sistemas, o do caboclo e do italiano. Além disso, havia a estereotípia da população nativa ser perigosa. O perigo era sempre traduzido como uma população desconfiada, para a qual não adiantaria falar em prender os animais; ofendia-se facilmente e, além disso, era classificada de vingativa. Lógico, sempre há um espaço para as exceções e, esporadicamente, um nativo é lembrado "como negro que até parecia gente branca".

Ao que consta o uso da força policial para remover os intrusos não foi uma prática comum na primeira década da colonização, na área em estudo, embora possa ter sido utilizada em outras áreas. A preferência pela utilização de tática, como "ir nas boas", "pra ir adiante", até mesmo em áreas de outras Companhias, surtia mais efeito. No caso em estudo, a fração italiana resolveu o enfrentamento pelo "lado fraco", isto é, o da superstição do intruso, com práticas de atemorização e intimidação. Uma reconstituição mais completa ficou dificultada pelo fato do informante privilegiado, ator e mentor da ação, ter falecido durante o trabalho de campo e o silêncio dispensado pelos demais.

Uma dessas práticas utilizadas, pelos colonos italianos de Vargeão, consistia em assustar os negros, isto é, os intrusos, que se recusavam a sair da área. Passaram a assustá-los três sextas-feiras consecutivas. Para isso tomavam um ou dois corvos, besuntando-os com óleo, amarrando neles um pano oleado e incendiado. Soltando a ave, em área próximo àquela ocupada pelos intrusos, os colonos sincronizavam os riscos de fogo no céu com urros em uma lona improvisada em megafone, "pra dar a impressão de que era o diabo, anunciando o fim do mundo". Na avaliação do ator, a prática foi eficaz, de modo que os renitentes fugiram assustados. Numa avaliação atual, à época do trabalho de campo, foi conhecida como errada, mas inevitável naquele momento, para não comprometer a colônia nova.

De certa forma, a "limpeza" das áreas é tratada como um tabu. Para alguns colonos "não havia ninguém", "era puro mato", o que pode ter ocorrido em parte. Para outros, a Companhiá já havia "limpado o terreno". Este seria o caso de parte da comunidade da Linha Ressaca, em Ponte Serrada. Quando os primeiros moradores italianos entraram, no final da década de 40, ela já estava "limpa", "com mato derrubado". Havia sido ocupada "pelos Guedes e alguns Caboclos inverterados", que se ocupavam com a safra. Este foram retirados, "pro Fachinal (dos Guedes), prá Vargeão (8). O informante e atual proprietário soube "pelo dito dos antigos", isto é, de seus pais, que a área da Comunidade da Ressaquinha, até o Irani e Sede Ribeiro (em Vargeão) "era

tudo dos Guedes, e tudo enrolado". Explicou ainda que para sua família não houve problemas de legalização da terra pela Companhia, no entanto, em outros locais, como no Fachinal já ocorreram problemas.

Basicamente, de fora, eram dois argumentos que respaldavam a "limpeza" das áreas: a ocupação indevida, sem a compra, e a criação de animais soltos. A limpeza, por sua vez, interditava a rotatividade na busca de novas terras e novos ervais, sob a pena de estarem intrusando, invadindo a área.

"com a progressiva colonização da região os cablocos tornavam-se os primeiros deserdados da terra. A ocupação progressiva e o escasseamento das terras virgens, as cercas e o poder instituído, os cablocos viram a destruição de suas tradicionais condições de vida. Muitos migraram para o Paraná, mas logo seriam alcançados pelos colonos e suas cercas" (CAMPOS, 1987:69).

Tratar internamente da expropriação requer a abordagem da concepção de terra, por parte dos brasileiros que a vivenciaram. Esta concepção não coincidirá com as representações externas, com aquelas formuladas pelo Estado, pelos colonos e pela Companhia.

Para a fração brasileira a área, no período anterior à colonização, sempre foi apresentada como abundante e sem concorrência. Do mesmo modo, não era vista como mercadoria, nem como patrimônio moral análogo ao dos colonos de origem. A propriedade da terra foi remetida ao Estado, mas na seguinte lógica: se era do Estado era também do ocupante. "Era da gente". "Cada um tirava um sitiozinho". A forma costumeira de apropriação da terra era a posse. Esta inexistência de compra e venda da terra, anterior à colonização, por esta fração posseira, qualificada externamente como pobre, pode ser apontada como um traço de diferenciação in-

terna da população brasileira. Nas áreas de grande propriedade, tomando os registros paroquiais da década de 50 do século passado, em cumprimento à Lei 601/1850 e Decreto 1318/1854, as terras eram legitimadas por posse, por compra e cultura. Bandeira (Apud MARTINS, 1902) afirma que nos Campos de Palmas estabeleceram-se trinta e sete fazendeiros, dos sessenta "conquistadores". Os estabelecidos compraram as áreas dos demais sócios da conquista.

No entanto, para os brasileiros que vivenciaram a expropriação a terra não era comprada:

"Naquele tempo diziam, prá comprar? É do Brasil. Ninguém comprava. tinha fartura de terra. Enjoava aqui, ia prá lá. Depois foram entrando os gringos, com ganância de terra, a terra foi escassando." (A.S. ervateiro).

Esta fala de um expropriado, cujo pai foi despejado, nada difere das demais. O "enjoar da terra" e a "busca de terras melhores" está sempre presente no discurso que trata do passado. "O tempo da posse" era o "tempo da folga", da "largueza", da "fartura", como é expressa a abundância de solo e ausência de concorrência, que se opõe ao presente: o "tempo da pobreza", o "tempo da careza". A "folga" de então permitia os deslocamentos:

"...Naquele tempo era tudo folgado. Terra tinha à vontade.

- De quem era (a terra)?

- Mas era do governo. Não precisa pedir para fazer um ranquinho. Agora tá tudo mudado - .

.....

- E o preço da terra vendida pela Companhia?

- Era baratinha (...) Aqui, como era baratinha encheu de gente e a

caboclada se viram louco e tiveram que ir embora. Agora, um pouco os brasileiros são culpados de ficar e sem nada. Eles não tinham experiência.

- Por que eles não tinham experiência?

- Tinha aquele ditado que dizia: "O Brasil é nosso, pra que comprar terra? A terra é do governo, do Estado". Depois ele (Estado) vendeu pra Companhia e ela vendeu tudo. (A.G. ervateiro)

Se, de fora, havia a "falsa consciência da posse", confundida com intrusamento (BREVES, 1985), internamente havia equivalência da terra do Estado com "terra da gente". "Onde quer que chegasse era da gente". "Ficar morando era da gente".

A ruptura do tempo da "folga" - no pólo do passado - é ocasionada com a entrada da Companhia, que atua como divisor de tempos, instaurando o "tempo da careza" - o atual - com a impossibilidade de retorno ao anterior, "um tempo que não volta mais".

A expropriação dos brasileiros não implica que cronologicamente esta tenha ocorrido no mesmo eixo temporal a todos os ex-posseiros. A avaliação da chegada da Companhia pode variar de um informante a outro, uma vez que é levado em conta o momento em que o ator, o seu tronco (9) ou os conhecidos foram atingidos. Por esta razão, a avaliação será sempre um tempo interno, utilizando-se como referencial as etapas do ciclo de vida, externadas pelos expropriados, como "o pai era vivo", "eu era menino", "eu era recém casado".

De outro lado, o fato da chegada da Companhia não ter ocorrido no mesmo momento para todos os atores obedece à lógica da venda, em primeiro lugar, das melhores terras, isto é, daquelas mais acessíveis e melhor localizadas. Isto implicava no deslocamento do ocupante - brasileiro - a ou-

tra área, até o momento em que esta também seria concorrida no mercado imobiliário.

Se o tempo na escala cronológica, não foi o mesmo para todos os atores, a expropriação vivida encontra similitude, traduzida, basicamente, na passagem de "um paraíso perdido", como é idealizado o passado, para uma situação "estragada", como é qualificado o presente.

A entrada da Companhia é antropomorfizada: "entrou e atropelou tudo, estragou tudo", como aponta a fala do ex-posses-
sore:

"O que estragou esse povo foi quando começou a aparecer a Companhia vender as terras. Desde a Companhia mesmo era tudo gringo. A Companhia entro e tomou conta de tudo, invadindo tudo, de Ponte Serrada a Var-
geão e Fachinal (dos Guedes), e tudo..."

A partir daí só existe a ordem rompida, onde ficou "tudo virado, estragado, diferenciado". À medida em que a situação presente é apresentada como "estragada", "diferenciada", "de pobreza", adquire força a avaliação positiva do passado idealizado.

Com o objetivo de desocupar as terras intrusas, para vendê-las aos colonos, a tática da Companhia (que pode ser colocado no plural, pela similitude com as outras Companhias) consistiu em oferecer aos ocupantes a opção para a compra da área ocupada ou a sua retirada,: "ou compra ou sai" eram as opções expostas (10).

A impossibilidade de acumulação monetária fazia com que a opção fosse a segunda alternativa, na maior parte das vezes. A tática da Companhia em, inicialmente, tratar bem, "em ir nas boas", é apontado como o medo de sofrer represálias, por parte dos vizinhos, parentes, enfim, do círculo de solidariedade dos brasileiros. A estereotipia dos italianos acerca daqueles apresentava-os como vingativos e como "negros brutos". Esta representação pode ser contraposta

a dos nativos, para os quais os "gringos vieram devagarzinho". "Não vieram devereda, porque tinham medo, porque corria solta a notícia de que nos matos estava a negra da, os caboclos". Mas, na auto-avaliação, dizem não ser verdade. "Era tudo de paz". De qualquer forma, os primeiros italianos que entraram na área eram vistos como "os mais corajosos, os que vieram na frente".

A "limpeza" das melhores terras, isto é, aquelas mais estratégicas para a venda, criou a escassez de terras para a fração posseira. O afastamento das melhores terras impeliu ao confinamento dessa população, quando passou a ocupar as terras não concorridas, no momento. Estas, de modo geral, eram áreas extremamente acidentadas, as "terras que a Companhia não ligava", na avaliação dos italianos. Resumindo, a limpeza da área obedeceu a uma hierarquia de terras: primeiro as melhores áreas, isto quanto à localização e proximidade de recursos; em segundo, as áreas não muito acidentadas e com madeiras; terceiro, as áreas mais acidentadas, isto é, aquelas que externamente eram qualificadas como "terras enguiçadas". O "enguiço", neste caso, por estarem ocupadas com intrusos.

A "escassez" de áreas resultou no fim do binômio terras de plantar e terras de criar. Da anterior mobilidade, na prática da rotação das roças, das terras de plantar, foi imposto uma imobilidade; da amplidão e espalhamento anterior resultou o confinamento e a concentração da população brasileira, em áreas acidentadas. Este último aspecto é uma invariante no processo da expropriação da população brasileira, no Oeste Catarinense, onde as áreas acidentadas contribuíram para o isolamento espacial da população. Este processo de isolamento indica claramente que o espaço geográfico jamais é neutro (BOURDIEU, 1984).

Este afastamento trouxe como consequência a irreversibilidade da situação. A desestruturação imposta impossibilitava o retorno ao modo de vida anterior. Àqueles que tentavam mantê-lo poderiam unicamente procurar áreas distantes, como no Paraná. No entanto, à medida em que a fronteira agrícola expandia-se seriam "perseguidos pelos colonos e suas cercas", na expressão de CAMPOS (1987).

Ainda, este movimento de terras traz similitude com o caso analisado por BOURDIEU & SAYAD (1964), na Argélia, com o afastamento por áreas, o descompasso entre o habitus do colonizador e o do nativo e as ações arbitrárias, no decorrer do processo, desestruturando as bases morfológicas da população nativa. No entanto, há um ponto de afastamento, quando for observado o papel do Estado nesse processo. No caso argelino coube ao Estado a administração do destino da população retirada e novamente concentrada. No caso local, o Estado apresentou-se como "neutro", pairando acima de todos. BREVES (1985:25/62) aponta que os caboclos esperavam o paternalismo do Estado. Este não podia praticá-lo, sob pena de ser injusto para com os compradores das áreas. Para manter a sua postura de equidade, assegurava a "igualdade" de possibilidade de compra, pelo mesmo preço oferecido aos colonos. Assim, não se imiscuindo no destino da população posseira, este ficava a cargo de decisões pessoais, no estilo "cada um por si e Deus contra todos".

Como já foi exposto, a primeira tática da Companhia consistiu em apresentar as opções de compra e retirada. Grande parte optou pela segunda alternativa. Em caso de desprezar as opções apresentadas, resistindo e permanecendo na área ocupada, houve a prática do despejo.

Os despejos começaram a ocorrer a partir da segunda década da colonização, na região estudada. Estes, quando narrados pelos brasileiros, são dramatizados com pausas, suspenses, numa verdadeira mimese do ocorrido. Dois entrevistados tiveram suas famílias tronco despejadas. Sempre há quem conte a história de despejo de algum parente, compadre ou conhecido.

A narrativa do despejo apresenta elementos estruturais. O primeiro elemento é a chegada do vilão, "um morto de fome" pela terra, que pode ser a Companhia, intermediário ou preposto desta. Alguns nomes são repetidos, em especial àqueles com vinculação às madeireiras da área. A hipótese a ser levantada consiste do seguinte: trata-se de testa de ferro da Companhia ou madeireira; ou ainda, seria o negócio rentável adquirir área ocupada, limpando-a para posterior revenda. Outra possibilidade era a venda da área

intrusada, com preço inferior ao do mercado, ficando o comprador com o ônus da retirada da população. O segundo* elemento da narrativa é a presença de força policial, para proceder ao despejo. O terceiro elemento, a ação arbitrária, com atos de "pinchar fora as tralhas", isto é, jogar fora os objetos, como móveis e utensílios. Pode ser acrescentada a derrubada e queima dos ranchos. O elemento seguinte será a entrada do gringo na área limpa. E o último elemento presente na narrativa é o "castigo divino" ao vilão. As traduções mais frequentes desses castigos abrangem a morte acidental, como a queda de cavalo, ser atingido por um raio, um tronco tombado sobre o autor do despejo ou a morte natural, um "ataque", onde foi "levado pelo diabo", pela "ruindade praticada".

O descompasso entre os mapas cognitivos dos dois grupos - o colonizador e o nativo -, as diferentes atitudes em relação ao tempo e às finalidades das atividades econômicas, ou na distribuição desigual do capital escolar, foram decisivas para a expropriação dos brasileiros. Internamente, por ocasião da colonização, a partir dos brasileiros os dois grupos são assim apresentados: de um lado, os brasileiros: "nós" "o povo", apresentado como "bobo". De outro lado, "eles", os "gringos", que chegam "espertos", "ativos" e "soltos".

"- O povo era bobo e estava solto.

- Solto? Como?

- Eles chegavam e faziam o que queriam, o maior engolia o mais pequeno." (D.S. esposa de despejado)

Neste caso, o "solto" é traduzido pela arbitrariedade, inerente aos "da esperteza", aos "ativos", que chegaram, isto é, os colonizadores. O "povo bobo" vendia terras, pinheiros, a "troco de nada", "por não saber o valor", acabava entregando "pro maior", por gringos, "com ganância de terra".

A ocupação de áreas que, teoricamente, poderiam ser

legalizadas, através do usucapião esbarrava em dificuldades. De um lado, grande parte da população não contava com existência civil, de modo que foram incorporados à sociedade nacional na década de setenta (11). De outro lado, a dificuldade encontrada era a carência de recurso financeiro para o pagamento das custas de legalização da terra.

Outra forma de enganar "os bobos" foi a venda da terra sem a madeira. Esta, no momento da venda, estava sob a terra, porém não constava "do papel". Neste caso, os "bobos", mesmo avaliados internamente, eram também os colonos. No momento da retirada o "material" (madeira) era embargado, onde, "os espertos acabaram logrando parelho", colonos e brasileiros.

A "tentação pelo dinheiro", por parte dos brasileiros, com o desconhecimento do valor do mesmo, também contribuiu para a expropriação. A venda da terra ou dos "direitos da terra", quando não "titulada", é vista como um "botar fora". Esta seria atitude inerente às áreas tituladas, provisoriamente, como aquelas da ex-Colônia Militar do Chapecó (POLI, 1987) e de extensões de terras, como aquelas tituladas. A fragmentação dessas últimas áreas, onde os herdeiros as venderam, estão nas mãos de "gente de fora".

Quanto ao destino dos expropriados, uma parte "foi adiante", seja em áreas acidentadas não concorridas (12), seja ao Paraná, ao Pato Branco (13), ou se extraviando (14). Outra fração voltou-se ao trabalho assalariado, como peão, na indústria madeireira ou na colônia, "trabalhando por dia", ou por "empreitada". Para peões da lavoura era aberta a possibilidade de cortar erva-mate no período da safra, engajando-se numa "comitiva" (15).

Com a industrialização da erva-mate na região, ocorreu o reagrupamento dos ex-posseiros como tarefeiros, na atividade extrativa.

De modo geral, a ação da colonização sobre o grupo de brasileiros pode ser sentida de dois modos. Uma modalidade de constata-la é a expropriação apresentada. Outra maneira é a ação indireta, onde os italianos, ocupando atualmente as posições dominantes no espaço social, tentam enquadramento dessa população "diferente". Essa tentativa de enqua-

dramamento ocorre no campo religioso, no sanitário e escolar.

Enfim, a evidência mais clara da ação da colonização está divisão interna dos tempos, para a população expropriada. O período anterior à colonização, o tempo d'antes, antigamente, ou naquele tempo, opõe-se ao atual. O discurso nativo polariza-se entre o passado e presente, de modo que aquele passa a ser simetricamente o oposto do tempo, atual. Este, o tempo da pobreza, da penúria, sem alegria, tudo diferenciado. Neste sentido, trata-se da idealização desse tempo d'antes, entrecruzando-os com a situação atual, que apontará a distância.

4. O TEMPO D'ANTES

Dado a diferenciação econômica atual entre os dois grupos - italianos e brasileiros - o passado é apresentado como diferente, com escassas relações de mercado e com uma certa indiferenciação interna. "Era tudo pobre, era modo de dizer, porque tinha fartura de comida, de terra e de saúde".

A pobreza atual, com o mundo dividido entre os grandes e os pequenos (os brasileiros), acaba diferenciada, perceptível sob a acumulação de alguns e o despojamento de outro, principalmente dos "brasileiros" que ficaram pequenos". Esta diferenciação é traduzida em termos de carência de recursos pecuniários que impede o acesso aos bens de consumo. De modo similar, a riqueza, o "estouro dos grandes" (aqui em especial os donos de firmas (16), implica na pobreza dos pequenos. Esta riqueza, nada mais é do que subversão, à medida em que, para permitir a acumulação daqueles, os grandes, expropriaram os pequenos.

Assim, tempo d'antes, "da largueza", com terra à vontade e o "plantar pro gasto", onde "tudo era produzido e tudo era crioulo: o milho, o feijão, a abóbora e os animais". Naquele tempo "também não existia isso de comer pão" (17). Hoje "se não tiver pão, morre de fome".

Naquele tempo, além de tudo ser produzido a qualidade era melhor, superando a de hoje, onde o paladar era dife-

rente e não "estragado" como é agora. Nos tempos d'antes os produtos comprados com maior frequência eram a querosene, o sal e o vestuário. Este último item é hoje facilitado pelas lojas que oferecem o produto. No entanto, no passado a escassez de roupa (18) era compensada pela não exigência nos padrões atuais. A necessidade criada e a oferta do mercado esbarra-se na exiguidade de recursos para a compra. A população que luta unicamente com erva apresenta maior "saúde" daquele tempo, uma vez que hoje é "tudo comprado", "só não se compra o ar porque Deus dá".

A seguinte fala de morador do Liberato, lembra o tempo de criança, no tempo d'antes:

"- Como era naquele tempo?

- Naquele tempo tinha folga. Você podia fazer a casa onde quisesse, podia derrubar o pinheiro que quisesse. O pessoal se enjoava do lugar e ia pro outro. Era tudo assim. A terra era do governo, ninguém implicava e o pessoal só plantava pro gasto e vivia bem." (L.O.)

A trajetória espacial do tronco desse informante foi a seguinte -: de Nonoai-RS a Bom Jesus (Chapecó) ao Liberato (Ponte Serrada e à época pertencente a Joaçaba), quando "nem estrada tinha, só carreiro".

As mudanças frequentes, indicadoras de vida itinerante são comuns no pólo do passado:

"- Porque mudavam?

- Depois que acostuma é bom. O meu pai, quando eu era pequeno, mudava cada quinze dias. Não tinha parada. Só mudava. Eu depois que casei não tinha filhos, botava as coisinhas no cargueiro e ia embora, ia pro serviço, pro ou-

tro lugar, quando não tinha acampamento eu fazia ranchinho de taquara ou de pinho lascado. Ficava (...) Era vida boa, tudo alegre, tudo bem, não tinha problemas, não tinha careza.

- Tinha muita gente que fazia isso?

- Ih, se tinha. Tinha muita gente. Naquele tempo era tudo folgado. Terra tinha à vontade.

- De quem era?

- Mas era do governo. Não precisava pedir para fazer um ranchinho..." (A.G.)

A trajetória espacial desse tronco: Lagoa Vermelha-RS a Lages-SC a Palmas-PR e a Cruzeiro-SC, fixando-se em 1965, em Vargeão, para trabalhar na firma, onde se aposentou.

A mobilidade anterior, embora nem todos tivessem uma vida tão itinerante, opõe-se ao movimento atual do peão, na firma que "vai ao mando do patrão". Enquanto posseiro havia a autonomia do movimento, enquanto peão encontra-se obrigado ao movimento com heteronomia.

Mesmo aqueles que ainda lutam na roça hoje, no Libertado, nas áreas reduzidas à "terra fraca, magra e cheia de inço" do presente opõe-se à fertilidade anterior, sem necessidade de adubos. Colada a esta imagem está a abundância de comida, a fartura e ao bom paladar de então.

"- Como era os tempos d'antes?

- Melhor, tuda a vida.

- Por quê?

- Melhor, porque, a senhor vê, a gente vivia, a gente fazia lá uma quarta de roça e vivia, dava mantimento. Agora a gente faz um alqueire (19) e não dá. Ainda tem que tá comprando. Criava

porco aí, engordava eles, dava prá comer banha um ano. Agora, engorda um porco e a banha não aguenta seis mês. Naquele tempo. Depois vê, tinha franqueza, criava solto, chegava e chamava o bichinho. Tinha pinhão, tinha pinhal. O porco não carecia de milho. A senhora vê, chamava, a mãe lá do mato, escolhia que leitosa ia matar. Aquela! pegava, matava nós já tava comendo carne e tinha banha. Agora, a senhora vê, precisa trabalhar uma semana pra comprar uns dois quilos de banha." (P.B.)

Na fartura da comida do passado está sempre ressaltada a presença da carne, exatamente na medida em que está ausente à mesa hoje. Esta fartura do passado é negada no texto de BREVES (1985). Este aspecto, no entanto, foi contestado por POLI (1987), no que diz respeito à abundância de alimentação de então. Ainda, na comida, no eixo passado, há a presença do milho quebrado ou batido no pilão, a chamada quirera ou canjica, comida com carne, principalmente a de porco. Hoje é um hábito alimentar abolido e com queixas generalizadas de que os novos, referindo-se às crianças, não conhecem e "são capaz de pensar que é comida de porco". A emissão desse juízo, possivelmente, estaria relacionada a frequência à escola, onde as crianças consomem os alimentos da merenda escolar e "acabam criando outro gosto". Outra razão seria a ausência da carne e o fato do milho ser moído, em forma de farinha, que será o ingrediente da polenta. A polenta começou a ser utilizada na região, como um hábito alimentar, após a introdução dos moinhos de moagem e é um prato típico da cozinha italiana. Nas agressões verbais, para desqualificação destes, é comum o emprego do qualificativo polenteiro: "gringo polenteiro". À medida em que a farinha de milho é um dos elementos acessíveis para a com-

pra, a polenta e o feijão passam a ser os pratos básicos dos brasileiros.

A terra abundante e pouca gente de então são contrastos à muita gente e pouca terra de hoje. E aquela que há de "verde", não ocupada e não deixada ocupar, está sendo transformada em capoeira. Por parte dos ervateiros, neste caso, o ressentimento ocorre principalmente pelo fato das firmas aumentarem suas áreas para exploração agrícola e/ou reflorestamento de erva-mate e ao ex-posseiro ser vedada a possibilidade de trabalhar na terra, exceto como peão. A cedência anterior da terra é contraposta à negativa atual "ninguém mais cede". "Ninguém mais quer o trabalho de agregado", com medo dos "direitos" ou "medo da reforma agrária". De outro lado, os colonos tem sempre um exemplo para justificar a negativa, através de uma cedência e o "incômodo" posterior. Impossibilitado ao acesso à terra, como agregado, como posseiro ou como proprietário, remete-se à utopia de ter um sítio, um "pedacinho de terra". A responsabilidade em cozinhar, em administrar o quê e quanto cozinhará, faz com que no discurso feminino esteja presente a aspiração. "Se tivesse um pedacinho de terra não precisava tá essa careza, essa miséria". Igualmente, caberia ao governo, "que deve olhar pros pobres, dar terra e trabalhar na entressafra".

O passado era pleno de alegria, fraternidade, união, respeito, "educação" e autoridade dos velhos, sem espaço para intriga e a competição. Na ordem rompida, insere-se a tristeza, o "rolar mundo" e a "doença dos nervos". Esta é sempre explicitada como decorrente da "crise", da "situação estragada" e da "ganância do pessoal", aqui tomado genericamente: brasileiros e italianos.

A criação de necessidades e não poder supri-las deixa o "povo louco". "Quer ter que nem os outros e às vezes não pode ter, trabalha demais, sofre e caba morrendo dos nervos, às vez fica muito nervoso" (C.D., moradora do Libertato). A "doença dos nervos" é apresentada como "doença moderna", que não existia antes, quando a "natureza era forte". Hoje, a "natureza humana" já nasce "fraca". Os indicadores de uma "doença forte" podem ser longa vida, uma vez

que "os antigos morriam de idade e não de doença". À medida em que são apontados estes traços, são ignorados outros, como silêncio acerca dos natimortos ou a mortalidade infantil, excluídos do cômputo. Na construção do discurso são apenas selecionados os indicadores de "natureza forte", de então, para apontar a superioridade dos tempos d'antes. Naquela "natureza", além dos produtos consumidos serem crioulos, plantados e colhidos sem a utilização de adubos e herbicidas, não existia "muito banho e muita limpeza". A "tal higiene", produto dos modernos, não existia. "Os cachorros e os gatos dormiam com pessoas, que duravam cem anos. Agora nada disso".

Hoje, além da "natureza fraca" ainda há a "tal da higiene", imposta de fora, pela escola e pela saúde pública, reforçada pelas agências sociais de onde são clientes. Um dos objetivos da política social consiste em oferecer alimentos e assistência médica, exigindo a vacinação e a higiene da população - alvo (20).

A imposição de padrões de higiene gera uma tensão. Avaliada externamente como resistência a padrões mínimos de higiene e como uma população com maior carência desta, internamente, como uma resistência à "modernidade", "que não vem dando resultados", porque "não adianta insistir", a "natureza já é fraca e perdeu o viço".

As festas d'antes não têm comparação com as festas atuais. As festas mais lembradas são as religiosas, como a de São Sebastião e a da Bandeira do Divino Espírito Santo. Além de não existirem estas festas, não há o "clima" para tal. Falando sobre o "clima" da festa, na "Bandeira do Divino", nos tempos d'antes:

"- A Senhora chegou a acompanhar a bandeira?

- Ih, cansei de acompanhar.

- Aqui na Ponte?

- Não, era em Chapecó, no Passo Bormann. (...)

- E a festa, como era?

- A festa, depois eu nunca fui. A

gente dava esmolas, mas olha... que era lindo, que ia bastante gente. Mas com muito respeito e alegria. Nos tempos antigos era assim. E tudo se dava, tudo se dava, não havia intriga e também, sabe, se tinha alguém que tava arrumado, de roupa de festa, era igual. Não tinha diferença. Mas era uma união que queria que visse. E agora, não tem mais essa união. Aquele tempo... mas era uma beleza (A.A. moradora de Ponte Serrada)

Outro acompanhante da Bandeira, falando da mesma:

"- Onde?

- Saia longe, dez, quinze, vinte dias, um mês. Eram crentes da Seita. Pousavam e saíam a cavalo. Era tudo a cavalo. E o tambor junto, batendo, era bonito de ver. Pedia oferta pro dono da casa. Naquele tempo qualquer coisa chegava. Depois marcava o dia da festa pro pessoal ir. Era bonito. Não dava brigas, nada, não dava. Hoje em dia não dá!

- Onde era isso?

- De Palmas vinha pra Água Doce, tudo dava.

- E os gringos?

- Não, era só brasileiro. Depois que começou a entrar gringo foi tudo terminado. Já começaram a formar essa Igreja aí. Prá nós pouco serviu. Serve pra enfeitar a cidade. O pobre não pode ir.

Se vai mal arrumado, olham, arreparam. Começa a olhar dos pés a cabeça. Meio riem. Se vai bem arrumado, pergunta "onde foi que esse roubou?" Então vai nos crentes, onde se sente bem." (A.C. morador de Vargeão).

A finalidade lucrativa das festas atuais contribuiu para a ausência do "clima" de então. As festas de antigamente, principalmente aquelas com finalidade de "pagamento de promessas", estariam próximas à função redistributiva da sociedade arcaica, na acepção de POLANYI(1980). Os exemplos podem ser buscados nas contribuições às "Bandeiras", acumulando as esmolas para depois redistribuí-las na festa final; ou ainda, na Mesada dos Inocentes. Esta era sempre realizada no dia do padroeiro protetor, como pagamento pela graça alcançada.

As festas atuais visam estritamente arrecadar fundos para Escola ou para Igreja, com uma centralização dos recursos, sem nenhuma redistribuição. "Agora é só do vendido", que se opõe a ausência do pagamento de então. Em consequência, isto restringue sua participação nas festas. Não obstante isso, os brasileiros são vistos, pelos italianos, como "uma nação que gosta de festas". De qualquer forma, para os brasileiros elas já "não são as mesmas", mas ainda assim é a oportunidade de "comer carne", sempre rara no cardápio do dia-a-dia.

No tempo antigo, além da fartura, da alegria, havia a solidariedade, "o pessoal se ajudava mais", onde "ninguém cobrava pros parentes, pros amigos", "quem tinha terra cedia". Estes aspectos opõem-se ao presente, onde "é cada um por si"; "os serviços só cobrados" e a terra ninguém mais cede". Hoje presta-se serviços, obtendo remuneração; o que era subversão no passado é prática rotineira atual. Neste caso, devem ser consideradas as relações entre os ervateiros e seus patrões (isto é, capatazes), que, muitas vezes, fazem parte do círculo de parentesco e compadrio. Esta situação atual estaria próxima àquela que BOURDIEU (1963) de-

nominou "o fim das relações encantadas", com a universalização das relações mercantis.

Também a "falta de respeito" de hoje contrasta com a presença de ontem. À medida em que a autoridade paterna perde a sua força é idealizada a ascendência e autoridade dos "velhos" nos tempos d'antes, onde a "palavra de pai e mãe eram sagradas". Uma das formas de simbolizar a ruptura está no cumprimento, então costumeiro, no "pedir a bênção". Antes, mesmo os adultos, depois de casados, pediam-na. Hoje, "parecem ter vergonha. Acham feio". Além disso, a severidade dos antigos "era um outro sistema, um sistema bom". De modo geral, os de hoje (referindo-se às novas gerações) são apresentados como pessoas "sem educação". O principal aspecto que apontaria esta "falta de educação" estaria na contestação e descaso à autoridade dos velhos. Contribuiria para isto um sistema de educação mais ameno, onde os pais não podem "executar os filhos", aplicando-lhes castigos físicos. Há um consenso de "que a natureza dos meninos exige a execução". No entanto, "se bater" denunciam a gente. O "denunciador", aqui, fica por conta das agências sociais, como a Escola.

Embora haja um consenso de que antes só havia católicos, internamente há uma cisão na percepção dos tempos relacionados à religião. Para o grupo de crentes os tempos de católicos eram tempos de ansiedade, de perdição e de bebedeira. O tempo de crente passou a ser o tempo da paz, da saúde e da tranquilidade. Embora se apresentem como pobres, reconhecem que houve melhoria no nível de vida, após a conversão aos crentes. O dinheiro, antes gasto em bebedeiras e fumo, passou a ser empregado na casa. No entanto, o grupo de católicos, em tensão com as práticas do catolicismo oficial, encontra no pólo do passado a verdadeira fé, "a fé da vida".

A razão de frequentar Igreja Crente é sempre apresentada por "se sentir bem", o que não estaria ocorrendo na Igreja Católica, associada aos italianos. Os ervateiros, parte deles, "são batizados na católica", mas nem todos a frequentam, uma vez que "na católica" os "tubarões ou grandes só arreparam". Logo, "pobre tem que ir onde dá". Aqui,

do ponto de vista do crente não há escolha, mas escolhido pela agência religiosa.

Uma das razões, ainda, para a alegada perda da "autoridade familiar", como foi colocado anteriormente, estaria ligada ao aspecto religioso, onde alguns filhos convertem-se e frequentam outras agências que a dos pais.

5. REPRESENTAÇÕES ESCATOLÓGICAS

Esta situação peculiar em que se encontram os brasileiros, como estrangeiros na sua própria terra, contribuiu para a construção das representações escatológicas.

Uma fração brasileira é católica, mas diferente. O catolicismo poderia ser tomado como um campo de lutas (na acepção de BOURDIEU): o catolicismo oficial e aquele popular, traduzido pelas expressões como: devoção antiga, católico forte, os crentes da religião, os crentes da seita. As relações com o clero, principalmente após a colonização, em certa medida, foram tensas:

"Meu avô sempre dizia: eu não acredito em padre. O Padre só quer que faça o que ele manda. Eu sei as minhas orações antigas: oração boa, falam de Jesus e Nossa Senhora". (C.D. moradora de Liberato)

Fração dessa população segue o rito católico, mas com alguns pontos de tensão. Outros foram batizados na Católica, frequentando outras Igrejas. Outros "não se afetam", já que as orações são diferentes.

Exceto os crentes, os demais cultivam a fé em João Maria (ou São João Maria), Monge João Maria Agostini, "um profeta que caminhava pelo mundo", "um apóstolo de Deus e que agora se recolheu". Para os crentes, no entanto, João Maria não era um "verdadeiro profeta" (21).

A fração católica atualiza constantemente as "profe-

cias de São João Maria". As mais frequentes são aquelas dos "castigos que estariam por vir", como a "guerra civil que não veio" e daí que os castigos estão no mundo":

"São João Maria falou que ia chegar o tempo de muita fome, bagunça, não iriam se entender nem pai, nem mãe, só se falava em guerra. Piolho e pernيلongo em enxame. Plantar bastante, o que dá na terra, como a grama, a batata, o alho. Não está agora? O que se planta na terra sempre dá. O resto pode plantar, não se sabe se vai dar, se vai colher. Muito castigo. Um pessoal revoltoso, se brigando. Tá tendo agora, essa época. São João Maria era homem que eu acho que era santo mesmo. Tudo o que ele falou tá dando certo. Disse que era pro pessoal escutar e plantar o que dá na terra, a guerra era isso: fome e bagunça. Agora não tá sendo assim? Tá tudo difícil de colher. O que tá na terra, não. A terra sempre fica úmida." (C.D. moradora de Liberato)

Outras "profecias" são "confirmadas" com a atual "situação de careza". "Ia haver um tempo em que o sal ia escassar. Agora tá levantando o preço e não dá nem pra salgar na panela, quase". (J.L. morador do Liberato).

A figura de João Maria é revestida de brumas e o discurso, nem sempre coerente, não encaixa todas as peças de um quebra-cabeça. Apesar de "recolhido", ainda teria aparecido a alguns devotos. Como o caso abaixo, em Passo Fundo-RS:

"Tinha a velha de Nonoai-RS. Ela é mulher de João Lopes. Ela morreu.

São João Maria aparecia pra ela. Ele sempre aparecia pra ela e disse-: agora eu vou me ausentar do mundo, não vou aparecer mais, porque o mundo tá muito diferente, tá se enxergando gente pelada e muita ruindade. Vai ver, vai ficar muito ruim. Vai ficar escasso, escasso que só. Faz muito, muito tempo isso, ih, faz anos. Faz mais de vinte anos. Ele falou prá ela e ela contava prá gente. Diz: vai ficar muito ruim, não vai ter tipo pai, nem pai por filho, todo contra. Tu vê, do jeito que tá, os parentes já nem ligam mais pra gente. A gente liga mais prum estranho que prum parente. E o nosso povo se extraviando tudo". (A.L. moradora de Liberato)

É comum encontrar informante que afirma ter conhecido João Maria. Trata-se de uma recriação da ordem passada, entrecruzando passado e presente. Em alguns casos o conhecer fisicamente seria impossível, pela idade dos informantes, confrontadas com as andanças do Monge pelo interior, no final do século passado.

Um informante, além de "ter conhecido" João Maria, encontrou também São Sebastião, que pousou em sua casa, na Baía, Ponte Serrada. O São Sebastião descrito coincide com a figura de São João Batista (cf. CABRAL, 1979:98): com o carneirinho no colo. Esse São Sebastião, que passou pela Baía (22), prometeu voltar trazendo o carneirinho ao informante, o que não aconteceu. Este mesmo informante "conheceu" São João Maria, que também pousou em sua casa, na Baía, deixando um litro branco com uma "cinzinha branca", usada para fins terapêuticos. A prova de santidade da água e da cinza estavam em nunca acabar. À medida em que eram consumidas recompunham-se. Com a morte da mãe, donatária do litro, a água e cinza secaram, não saindo do recipiente.

Quando solicitado a descrever a figura do monge, a descrição coincide com a da iconografia circulante pelo interior. Esta foto, segundo QUEIROZ (1957), começou a circular no final do século passado. Veja-se a fala:

- "- Como era ele (João Maria)?
- Andava sozinho, com a trainha dele.
- Que trainha?
- Tinha uma trainha, assim, nas costas, um homenzinho.
- Como era ele (João Maria)?
- Era barbudo, andava com bastãozinho. Daí ele benzia a água. Dizia pra mãe, olha: essa Baía aí de vocês não vai adiante. Mas ela cresceu porque tem uma serraria aí. Mas ele disse que a Baía mesmo, onde nós morava, não tinha jeito.
- E aconteceu?
- Sim, aconteceu." (P.B. morador do Liberato)

Outra informante, que chegou a "conhecê-lo", descreve tal como aparece na fotografia circulante: as tralhas, o bastão, a barba, a roupa marrom e as "pernas tramadinhas". A roupa marrom por se tratar de fotografia envelhecida. As "pernas tramadinhas", pela postura da fotografia, isto é, pernas entrecruzadas.

Esta fração católica de devoção antiga, além do enfraquecimento com o catolicismo oficial, encontra "enfraquecimento" interno, onde os novos, os de agora, referindo-se aos filhos e netos, não crêem com a mesma convicção.

- Seus pais tinham fé em João Maria?
- Mas tuda a vida, a gente mais antiga, mais simples, era mais...

não é que nem agora que o pessoal quase não tem devoção. Eu acho assim, me representa que o pessoal tão lá rezando, não tem devoção, como tinha uma vez os outros.

- E seus filhos têm fé em João Maria?

- Mas isso eu não sei. Às vezes a gente começa a contar os casos antigos, começam a dar risadas. São tudo burro, penso que por ser novo; ah, isso é caso de bobagem, não aconteceu! - eles dizem. E aí é o engano." (R.G. morador do Liberato)

Os antigos são unânimes em apontar o fim da devoção antiga, "porque o pessoal novo não acredita mais". O novo aqui fica por conta dos jovens e da população migrada, os italianos. A comprovação da iminência desse fim está na extinção de práticas como "o terço cantado", "recomendar as almas", a "bandeira do divino" e "as rezas velhas", que não são mais aprendidas. Sobre as práticas tradicionais, veja-se a fala de um ex-capelão:

"PB-Mas agora se a gente vai falar, vai dizer que tá louco - Dizem, sim. Agora não pode falar nisso. Eu vou na Igreja, mas não me afeto.

AR-Por quê?

PR-Nossa reza velha não adianta. A devoção velha. A oração deles já são diferentes. É custoso de acompanhar. Esses dias eles quiseram que fosse rezar um terço cantado, eu não fui, eu não vou! Esse pessoal de fora

só fazem farra da gente. Pra rezar um terço cantado, eu rezo. Assim, eles diz, a D. Eli diz que era pra mim ir aí na Igreja. Vai lá a gente tá rezando muito bem, pegam dar risada, a gente fica enraivado, enraivado só pra fazer pecado. Deus me livre! Não vou! O pessoal rezar um terço cantado, não sabe. Agora eles dizem o terço, dizem o culto, é diferente. Nós também usava na quaresma. Sabe o que é?

AR-Antes da Páscoa?

PB-É. Nós costumava encomendar as almas. Ia de casa em casa, de noite, com a matraca, batia a matraquinha. Aquele que tava lá dentro não podia sair. A gente rezava o terço ali, recomendando, se quisessem receber depois que parava, podia receber, daí a gente chegava. Mas, senão não, só encomendava as almas ali e saía noutra casa.

AR-Quem encomendava?

PB-Era o capelão, como eu, que sabia rezar. Ia bastante, ia bastante gente que encomendava as almas...

DB-Os antigos, porque esses de agora...

PB-Os antigos, os de agora não adianta, se vai recomendar as almas com um enorme desses, tá louco, cavalada; são cavalo puro.

DB-São capaz de te dar tiro.

PB-Se eu, por exemplo, vô encomendar as almas aqui, junto com o meu pessoal, chego aí no... bato a matraca, são capaz de atirar, pensar que é ladrão. No G. (italiano) não adianta. Nos vizinhos aqui (crentes) não adianta mais. No P. (italiano) é pior ainda. Não dá mais pra recomendar. Então, é por isso que eu digo, se diferenciou tudo" (D. e PB. moradores do Liberato)

Para os crentes, como foi colocado, os tempos de católicos lembram a ansiedade, o pecado, a bebedeira, o fumo, a perdição e São João Maria não era profeta. Os tempos atuais são de desacertos, "como nos tempos bíblicos". Um exemplo recorrente, no período da pesquisa, era a lembrança da Assembléia Nacional Constituinte, como "não chegavam a um acordo, não é pra chegar, é só desacerto". Outro fato desse desacerto são as notícias veiculadas nos rádios, em época de carnaval, da liberação de recursos públicos para a festa. Tudo isto, indicando a certeza de que o "fim do mundo" estaria próximo, muito próximo. O expropriado, morador urbano, aponta ser mais vulnerável. Ele não mora, apenas pára.

- "- A gente não tem onde morar. A gente pára onde arruma serviço, porque a morada mesmo não é aqui.
- Onde é a morada?
- A morada mesmo é lá no céu, graças a Deus!" (A.S. morador de Vargeão)

Se, para a fração católica de devoção antiga os castigos estão no mundo, para a fração crente os desacertos

presentes indicam o fim próximo:

"Eu sou da revolução do 23. Minha mãe me escondia numa toca de pedra, quando me ganhou. Sozinha, sofrendo. O que a gente tem que correr (...) Agora tem o terremoto. Agora tá brabo. Não tem mais onde se esconder. Não é ainda a vinda de Jesus. Não falta dez anos prá vir o terremoto. Eu tava dizendo pro velho: tem que preparar a vida, pra morrer queimado. Tem gente que não se lembra que Noé tá fazendo a barca pra se escapar. A gente diz. Eles dizem: "tá louco, tá caduco!" (L.T. moradora do Liberato)

6. PALAVRAS FINAIS

O fato de haver deslocado a atenção à população cabocla expropriada permitiu que se vislumbassem facetas pouco conhecidas da colonização. Não obstante isso, entende-se que devem ser aprofundados outros aspectos dos efeitos da colonização sobre a população autóctone, incluindo, os índios. Ainda assim, a ampliação da pesquisa, neste sentido, permitirá que se obtenha novas informações, de outras experiências, contribuindo com isso para a construção de uma etnohistória da Região Oeste.

A condição de minoría em que se encontra atualmente o grupo pesquisado, faz com que não construa, como nós esperaríamos que o fizesse, um projeto em direção ao futuro, à UTOPIA (que não existe, mas possível de ser construída). Volta-se ao passado, ao tempo d'antes. Este dado é um indicio que merece maior aprofundamento. O desafio está lançado a quem quiser compreender a realidade e o homem oestino, em carne e osso, e não os personagens abstratos como às vezes gostaríamos que fossem.

7. NOTAS

(1) Colono de origem é a categoria nativa para a população da área rural, descendente de europeus.

(2) A pesquisa resultou numa dissertação intitulada: "A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense." O objetivo central dessa dissertação foi traçar a trajetória social dos brasileiros, de posseiro a ervateiro. A abordagem foi relacional, isto é, tomando-se em relação ao grupo circundante, os italianos, de modo a não absolutizar nem substantivar conceitos e noções.

(3) Colonos italianos foram compradores das glebas de terra da Companhia. Estes colonos apresentavam um conjunto de valores e práticas culturais que diferiam daquelas dos brasileiros localizados na área. Em linguajar sociológico diríamos que os grupos - brasileiros e italianos - eram dotados de diferentes habitus. Habitus é empregado na acepção adotada por BOURDIEU (1972) como cultura internalizada, construída historicamente, e por isso naturalizada para os atores.

(4) Para maior aprofundamento nos efeitos de desestruturação de bases morfológicas ver MARTINS-COSTA (1989).

(5) Após a Lei de Terras de 1850 e do Regulamento de 1854 grandes áreas de campo do oeste catarinense, inclusos nos "Campos de Palmas, Irani, do Erê", foram registrados na Capela de Palmas. Com o advento da República, passando a questão fundiária à competência estadual, o Paraná tituló igualmente áreas hoje localizadas no Oeste Catarinense. A título de sugestão, para aprofundamento, consultar RENK(1990, capítulo I).

(6) A Companhia, para seu empreendimento imobiliário, comprou de Zeferino Bueno de Almeida 46.000 hectares de terra. Acresceu a esta área de ex-colonos da Ex-colônia Militar de Chapecó.

(7) O processo de ocupação do Oeste Catarinense, pela população brasileira, anterior à colonização, direta ou indiretamente, foi abordada por NASCIMENTO (1903); WACHOWICZ

(1984); PICHETTI (s/d); IBGE (1959); POLI (1987); VINHAS DE QUEIROZ (1966); CIMI (1984); SILVA (1950); VOZ DE CHAPECÓ (23/04/1939 e 20/02/1940); JORNAL O OESTE (06/03/1941); BREVES (1985); COELHO DOS SANTOS (1974); ROSSETO (1986).

(8) Embora não seja objeto deste trabalho, seria interessante repertoriar as "andanças dos Guedes". Atualmente é toponímico do município de Fachinal dos Guedes (ex-Gramado dos Guedes); Barra dos Guedes e Lageado dos Guedes.

(9) Tronco, família-tronco, tronco-velho são usados para designar as gerações ascendentes, pais e avós.

(10) A este respeito verificar POLI (1987) na área da ex-Colônia Militar de Chapecó.

(11) A inexistência civil de grande parte da população brasileira não era restrita à área em estudo. Na década de 40 a imprensa oestina denunciava a dificuldade no alistamento militar, seja pela impossibilidade de locomoção, pela ausência de "certidão"; de modo que ao alistamento militar:

"Alguns faltaram por não terem conhecimento da Lei, outros, compareceram e não puderam se alistar por falta de certidão. Outros, porque não dispunham de recursos para fazer a viagem à sede da Comarca (...) O nosso caboclo em geral é pobre, não tem o seu nascimento registrado no Registro Civil" (VOZ DE CHAPECÓ, 20/10/1948).

(12) A população expropriada era confinada e empurrada às áreas acidentadas. Isto não ocorreu unicamente na área em estudo. No Extremo Oeste a situação dos caboclos da Barra do Lajeado Macaco Branco, intrusados em área pertencente à Empresa Colonizadora União Popular, foi merecedora de atenção da imprensa.

"Estes Brasileiros foram os primi-

tivos povoadores, por si e por seus pais, do sertões de Chapecó. Depois veio a colonização e eles foram encostando sobre a fronteira até chegar ao extremo e lá estão sob a ameaça de despejo que de um momento para o outro pode ser requerido. É população pobre, analfabeta e sem escola." (VOZ DE CHAPECÓ, 20/02/1940)

(13) Ir ao Paraná, ir ao Pato Branco, foi destino de grande parte de expropriados. Praticamente todos os troncos têm elementos extraviados, que foram ao Paraná.

(14) Extraviados é uma categoria atribuída ao membro do tronco do qual não se tem notícias. Numa atualização do termo, internamente, é utilizado pelos crentes para os membros do círculo de parentesco não convertidos à sua crença. Permanecer católico significa estar extraviado, não ter encontrado a verdadeira fé, que é sempre objeto de luta.

(15) Comitiva é denominado o grupo de extratores de erva-mate, sob a chefia de empreiteiro ou capataz.

(16) Firma é a categoria nativa utilizada para empresa ou indústria. Neste texto refere-se à indústria de erva-mate.

(17) O pão, enquanto hábito alimentar, não constava no cardápio diário. Uma entrevistada, com 91 anos, informou ter comido pão pela primeira vez aos onze anos, quando morava em Marechal Bormann (Chapecó). A farinha era procedente da Argentina. Após a Guerra do Contestado, os rebeldes presos em Cruzeiro (atual Joaçaba), em 1917, mostraram espanto diante do pão. "Então é esse o tal de pão?" (JOAÇABA, 1967)

(18) Nos tempos d'antes o vestuário diferia do atual. Os meninos até os sete anos usavam camisolão, os menores, no verão, andavam nus "que nem bugrinhos"; os travesseiros e acolchoados eram feitos com "flor de capim".

(19) Um alqueire compreende 24.200 m², e a quarta refere-se

a um quarto de alqueire. Confrontando a medida padrão da colônia, 10 alqueires, que para Waibel era insuficiente para o colono de origem européia (SEYFERTH, 1974), permite estabelecer parâmetros entre os dois sistemas.

(20) Veja-se o caso do Programa de Suplementação Alimentar-PSA com população alvo: gestantes, nutrizes e crianças até 35 meses de idade, renda de até dois salários mínimos mensais:

"A distribuição de alimentos através da rede de saúde (...) deve-se ao propósito de vincular estreitamente o Programa às ações de saúde. A idéia básica é que o Programa seja instrumento efetivo de redução da mortalidade infantil e da melhoria dos níveis de saúde da população. Atraída pela distribuição gratuita de alimentos, a população alvo recebe nos postos de saúde o atendimento médico." (BARRETO, 1988:88/9)

(21) Dado a carência do clero católico no interior do Estado, no período anterior à colonização, a assistência religiosa era prestada pelos monges que percorriam a área. Entre estes destaca-se o Monge João Maria, ou São João Maria, como prefere uma fração dos brasileiros.

(22) Baía era uma localidade de brasileiros de Ponte Serrada.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Album do Cinquentenário de Joacaba, Joaçaba, 1967.

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. "Notícias da Descoberta do Campo de Palmas" In: MARTINS, Romário. Argumentos e subsí-

diós sobre a questão de limite entre o Paraná e Santa Catarina.

BANTON, Michael. A idéia de raça. Edições 70, Lisboa, 1979.

BARRETO, Helena Motta Salles. A política social na Nova República: os programas de distribuição de alimentos, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.

BOURDIEU, P & SAYAD, S. Le deracinement. Crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie, Paris, Minuit, 1954.

BOURDIEU, P. "Espace Social et gènese des "classes"; Actes de la Recherche en Sciences Sociales. (52-3), 1984.

_____. Esquisse d'une theorie de la pratique. geneve, Droz, 1972.

_____. La societé traditionnelle, d'attitude à l'égard du temps et conduite économique. Sociologie du Travail, Editions du Seuil, Paris, (1), 1963.

BREVES, Wenceslau de Souza. "O Chapecó que eu conhecia", Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, IHGSC 3(6): 07-73, 1985.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. João Maria: Interpretação da Campanha do Contestado. Florianópolis, Lunardelli, 1979.

CAMPOS, Índio. Colonos do Rio Uruguai: relação entre pequena produção e agroindústria, no Oeste Catarinense, Campina Grande, UFPb, 1987 (dissertação de Mestrado).

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina, Xanxerê, 1984.

EPSTEIN, A.L. Ethos and Ethnicity: three studies in ethnicity, London, Tavistok, 1978.

LOBATO, Roberto. "O Sudoeste Paranense antes da colonização". Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1970.

MARTINS-COSTA, Ana Luiza Borralho. Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do Lago de Sobra-

- dinho. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 1989.
- NASCIMENTO, Domingos. Pela Fronteira, Curitiba, A República, 1903.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade, etnia e estrutura social, São Paulo, Pioneira, 1976.
- _____. Soluções e Enigmas, E Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1983.
- PICHETTI, Antônio. História de Santa Catarina. Curitiba, Grafipar, s/d.
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens de nossa época, Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- POLI, Jaci. Caboclos: pioneirismo e marginalidade, Cadernos CEOM. Chapecó, FUNDESTE, 2 (3):3-34, out. 1987.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. La Guerre Sainte au Brésil; le mouvement messianique du Contestado, São Paulo, USP, 1957.
- RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ (Dissertação de Mestrado), 1990.
- ROSSETO, Santo. Síntese Histórica da Região Oeste, Cadernos CEOM, Chapecó, FUNDESTE, 4 (1-2), 1989.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos, O Homem Índio: sobrevivente do sul; antropologia visual, Florianópolis, UFSC; Caxias do Sul, Editora Universidade Caxias do Sul, 1978.
- _____. Nova História de Santa Catarina, Florianópolis, Ed. do autor, 1974.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí Mirim: um estudo do desenvolvimento econômico, Porto Alegre, Movimento, 1974.
- SILVA, Zedar P. O Oeste Catarinense, Rio de Janeiro, Laement, 1950.
- VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. Messianismo e conflito social:

a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

WACHOWICZ, Ruy C. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização, Curitiba, 1984 (mimeo)

WAIBEL, Leo. Capítulos de geografia tropical e do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

CABOCLO: PIONEIRISMO E MARGINALIZAÇÃO

Jaci Poli*

1. Introdução; 2. O velho Chapecó e a propriedade da terra; 3. O caboclo; 4. O caminho de tropas de Palmas às Missões; 5. A colônia militar de Chapecó; 6. A apropriação da terra e o afastamento do caboclo; 7. A colonização; 8. A população existente à época da colonização; 9. Quem foi o caboclo; 10. Caboclo versus colonizador; 11. Considerações finais; 12. Notas; 13. Referências Bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

Uma abordagem sobre o Oeste Catarinense exige algumas considerações preliminares. A primeira delas é a definição da própria abrangência regional.

* Pós-graduado em História (Convênio UFSC/FUNDESTE)

Professor do Dpto. de História do CES/FUNDESTE

O Oeste aqui abordado é o primitivo Chapecó, hoje desmembrado em trinta e quatro municípios. Para que se possa entender como todo esse território chegou ao que é atualmente, necessário se faz, estudar desde a penetração dos primeiros grupos humanos até os diferentes fluxos migratórios que se sucederam. Mais do que saber as datas de fundação das cidades e da chegada de seus "líderes", preciso se faz estudar a população que deu consistência ao descobrimento regional e fundamentou a ação destes líderes, pois é a partir da massa anônima, que a história desabrocha.

Em linhas gerais, no povoamento regional, podem ser visualizadas três fases de ocupação, cada uma com atividades econômicas características:

- fase de ocupação indígena: até meados do século XIX, afora algumas incursões exploratórias portuguesas a região era território tradicionalmente ocupado pelos índios Kaingang;

- fase cabocla: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e a menos estudada de todas;

- fase de colonização: caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terras das colonizadoras, formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando, aos poucos, o caboclo.

A partir da definição destas fases, urge efetuar um estudo aprofundado de todos os momentos desta evolução. O trabalho ora apresentado, preocupa-se, principalmente, em interpretar as características da ocupação cabocla, geralmente relegada a segundo plano em função de sua pouca expressão econômica. Quase sempre pobres, raramente proprietários das terras que exploravam, estes caboclos desbravaram os sertões, embora, via de regra, seja menosprezada a

importância de sua contribuição, por terem uma filosofia de vida divergente com a dominante nas atuais comunidades.

No entanto, entendê-los é fundamental, lembrá-los torna-se uma obrigação ineludível e estudá-los, uma necessidade histórica.

2. O VELHO CHAPECÓ E A PROPRIEDADE DA TERRA

Na região Oeste, no início do século, havia a "terra de ninguém", "terra devoluta", ocupada por um pequeno número de habitantes, que não possuíam a propriedade da terra que exploravam. Poucas áreas tinham proprietários e nem mesmo as grandes colonizadoras haviam tomado posse das terras. A região toda constituía o chamado "Velho Chapecó". Da área originalmente formada do território chapecoense, em diferentes épocas, foram desmembrados trinta e quatro municípios, incluindo o próprio município de Chapecó.

3. O CABOCLO, DESBRAVADOR DO OESTE CATARINENSE

Quando se pesquisa o contingente populacional formador das primeiras comunidades do oeste catarinense, percebe-se uma predominância marcante de luso-brasileiros, pouco conhecidos, aos quais aplica-se hoje a denominação de caboclos.

Os levantamentos feitos, tanto nos registros eclesiais como nos cartoriais, pelos prós-graduandos do curso de História (convênio UFSC/FUNDESTE) que remontaram às épocas mais antigas de vários municípios do Oeste, constataram que comunidades, hoje com população preeminentemente alemã ou italiana, receberam no seu início, o aporte étnico luso-brasileiro.

O levantamento dos casamentos realizados no início do século em Xanxerê, Aberlado Luz, Xaxim, Chapecó e Modelo, confirmaram o fato de que o luso-brasileiro foi o verdadeiro pioneiro na penetração e desbravamento do sertão catarinense. A pesquisa demográfica em Modelo, por exemplo, mos-

trou duas fases bem diferenciadas:

a) primeira fase (1928-1947): população puramente luso-brasileira;

b) segunda fase (1948-1958): ação das empresas colonizadoras e gradual diminuição da participação do luso-brasileiro na formação populacional.

O estudo da evolução demográfica do Oeste Catarinense permite deduzir que, na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas.

Esses poucos núcleos caboclos, originaram-se, basicamente dos pousos, ao longo da estrada de Palmas às Missões e da exploração dos ervais no período de trânsito de tropas.

4. O CAMINHO DE TROPAS DE PALMAS ÀS MISSÕES

A região das minas, no Estado de Minas Gerais, e dos cafezais, no Estado de São Paulo, necessitavam importar alimentos, principalmente carne, que não eram produzidos ali.

Como no Rio Grande do Sul foram descobertos grandes rebanhos de gado "xucro", isto é, que se criavam solto no campo, os paulistas começaram a empreender o transporte desse gado para a região, onde seriam abatidos a fim de alimentar os trabalhadores das minas e cafezais.

Em 1728, foi aberta uma estrada ligando Viamão (RS) a São Paulo, passando através dos Campos de Lages, por onde começou a ser transportado esse gado. Por muitos anos, foi o único caminho para o trânsito das tropas, e, no seu trajeto, foram se formando muitas fazendas e vilas, iniciadas, principalmente, nos locais de pouso que se espalharam ao longo de toda a estrada.

Assim surgiram Lages, Curitiba, Campos Novos e São Joaquim, como as principais vilas, onde localizaram-se as maiores fazendas de criação do planalto catarinense.

Nesta época, todo o planalto e oeste de Santa Catari-

na atuais pertenciam à província de São Paulo e não existia nenhum caminho permanente de comunicações com o litoral catarinense.

Quando, em 1820, Lages foi incorporada ao território catarinense, os tropeiros passaram a pagar impostos sobre o gado em trânsito, tornando mais cara a carne.

Enquanto se formava a região do planalto catarinense, os paulistas já estavam penetrando nos campos de Guarapuava, ocupados pelos índios Kaingang. Em 1810, uma expedição comandada pelo Tenente Coronel Diogo Pinto Azevedo Portugal, inicia a formação de fazendas de criação de gado em Guarapuava e Palmas (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 1984).

As fazendas eram muito importantes para os portugueses por duas razões:

- primeiro pela necessidade cada vez maior de produção de alimentos para a região dos cafezais;

- segundo, pela necessidade de tomar posse do imenso território formado pelo Paraná e Oeste Catarinense. Esta região, completamente desconhecida dos portugueses, era ocupada por índios kaingang, que tinham ali seu território tradicional. As fazendas eram a forma mais rápida e barata de ocupar territórios, por atingirem extensões sem necessidade de uma população muito numerosa. Foi assim que nos Campos de Guarapuava formaram-se diversas fazendas, que foram ocupando todo o espaço de campos próprios para a criação do gado.

Os índios, que haviam sido atraídos para uma aproximação com os brancos, informaram da existência de outros campos, mais ao sul, e que despertaram o interesse dos guarapuavanos. Em 1838 formou-se uma expedição que foi em busca dos novos campos, chamados de "Campos de Palmas". A ocupação ocorreu rapidamente, com a formação de 37 (trinta e sete) fazendas de criação, cujo centro era a Vila de Palmas.

Como o número de pessoas interessadas na formação de suas criações era demasiado grande para instalar-se todos em Palmas, houve uma distribuição entre os que participaram das expedições, e muitos seguiram mais a Oeste, tendo che-

gado até os Campos do Erê, onde atualmente está localizado o município de Campo Erê.

Com a consolidação da ocupação de Palmas, o governo paulista pensa em conseguir uma ligação com a região das Missões, no Rio Grande do Sul.

A importância do caminho era incontestável, em função da redução da distância no transporte de tropas para São Paulo, ao mesmo tempo que permitiria maior certeza de que o território seria definitivamente considerado brasileiro.

A região das Missões do Rio Grande do Sul havia sido conquistada aos espanhóis em 1801, mas o território entre os rios Iguaçú e Uruguai permaneciam com seus limites bastante indefinidos.

A frente pastoril, que se instalara na região de Palmas e Guarapuava, estendendo-se até Campo Erê, conseguira assegurar a posse de grande área no atual sudoeste do Paraná, mas ainda era incipiente a presença brasileira na região formada pelo Oeste Catarinense, principalmente por ser uma região de matas, onde a criação de gado era mais difícil pois dependia do trabalho de desmatamento.

A ocupação dos campos de Palmas deu-se de forma bastante improvisada:

"A oligarquia campeira nunca se preocupou em colonizar as áreas que não fossem de campos, justamente em função das dificuldades que teriam que enfrentar. A ocupação foi se desenvolvendo em forma de arquipélagos, com imensos vazios demográficos, ficando a cidade ou vila apenas como um apêndice dos campos de criação". (WASCHOWICZ, 1985)

Outro aspecto interessante a ser observado é que, com a atividade pecuária, surgiu um preconceito bastante forte contra a agricultura. As pessoas preferiam trabalhar como peões ou tropeiros do que aguentar o cabo de uma enxada ou a barra de um arado. A atividade pecuária dava mais "sta-

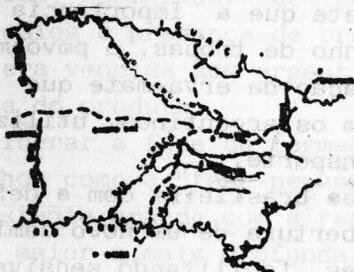
tus".

A agricultura era desenvolvida somente em regiões onde se instalavam os excessos populacionais que se afastavam dos campos, e que produziam alimentos, normalmente fornecidos também às fazendas.

Com a certeza de que um caminho ligando Palmas às Missões riograndenses era cada vez mais necessário para a definitiva incorporação do território ao Brasil, em 1845, o Alferes Francisco da Rocha Loures foi encarregado da abertura da estrada. Como a picada teria que passar por território de índios hostis à presença do branco, o encarregado preocupou-se em conseguir a ajuda do cacique Vitorino Condá, que conhecia bem a região, ao mesmo tempo que poderia contornar as dificuldades junto aos índios, pela sua grande ascendência sobre eles. Condá não poupou esforços para ajudar Rocha Loures, que havia sido seu companheiro de infância. Ao mesmo tempo, a província do Rio Grande do Sul procurou ajudar, através do envio de missionários para a região de Nonohay, com a função de promover o aldeamento dos indígenas. (WACHOWICZ, 1985).

Segundo estudo realizado pelo CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL SUL, (1984) o roteiro da estrada, a partir de Palmas, foi o seguinte: cruza os rios Chapecó e Chapecozinho; passa pela Campina do Xanxerê, Serra do Tigre, Passo Ferreira, Passo do Carneiro (mais tarde chamado de Passo Bormann), Goio-En, Nonoai e Vila de Cruz Alta.

Na Vila de Cruz Alta liga-se com a estrada de Vacaria às Missões, já frequentada desde a formação do caminho de tropas através dos campos de Lages, conforme pode ser visualizado no mapa 01.



Mapa 01

Fonte: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (1984, p.15).

A região missioneira já era bastante conhecida e, com o trânsito das tropas, houve a formação de pousos ao longo do caminho, apesar da falta de estrutura que apresentava.

O novo caminho, porém, tinha a grande vantagem de permitir o transporte do gado, sem necessidade de parada para a engorda e descanso.

A nova estrada passava por uma região rica em ervais, cuja descoberta se transformava em grande atrativo para a exploração, em função do crescimento da indústria ervateira, principalmente no Paraná.

À medida em que as tropas começam a circular, os ervais ao longo da estrada passam a ser explorados com mais intensidade.

Na margem do rio Uruguai, os argentinos de Corrientes penetravam cada vez mais em território brasileiro, em busca da erva oestina, por ser um negócio muito rendoso. Para dar infra-estrutura à exploração, foram instaladas diversas feitorias ao longo do rio. Manoel Marcondes de Sá (apud WACHOWICZ, 1985) afirma que essas feitorias eram todas de brasileiros que estavam estabelecidos em Corrientes.

A penetração dos argentinos era preocupante para o governo brasileiro, principalmente em função da questão de limites, que ainda estava indefinida. A construção da estrada trazia esperança de povoamento e ocupação, o que determinaria que o território fosse incorporado definitivamente ao Brasil.

O trânsito mais intenso dessas tropas, provocou o surgimento de diversos pousos, iniciando uma penetração significativa de brasileiros, que buscavam a exploração dos ervais ao longo da estrada.

Tendo em vista que a importância da estrada resumia-se a ser caminho de tropas, o povoamento limitou-se aos pousos e à exploração da erva-mate que era comercializada principalmente com os argentinos, utilizando-se o Rio Uruguai para seu transporte.

A preocupação brasileira com a definição de fronteiras, provocou a abertura de um novo caminho que ligava a região a Corrientes, facilitando sensivelmente a penetração brasileira na área.

Em 1862, o Major Manoel Marcondes de Sá é encarregado do serviço e deveria abri-la através do divisor de águas, entre os afluentes dos rios Uruguai e Iguazu, bem no centro da região contestada.

Manoel Marcondes de Sá formou sua expedição com trabalhadores vindos da Corte, alguns contratados em Palmas e mais 37 índios kaingang comandados por Vitorino Condá. (WACHOWICZ, 1985).

A estrada partiu dos campos de Palmas em direção a oeste, passando por Campo Erê, que era a mais ocidental ocupação portuguesa. A situação em Campo Erê, conforme descrição de Marcondes de Sá, (apud WACHOWICZ, 1985, p.33), era "vexatória e condicionadora à indolência e à miséria" pela grande dificuldade de comunicação com as regiões mais povoadas, como Palmas.

Além de ser uma forma de demonstrar o abandono do território, o caminho tinha como objetivo fundamental conseguir atingir a região de Corrientes, produtora de muares, cuja utilização facilitaria o transporte para os cafezais paulistas, onde esses animais eram fundamentais ao transporte.

Os pousos, ao longo dessa nova estrada, transformaram-se em pontos de povoamento, ao mesmo tempo que tornavam mais atrativas as terras, que eram ricas em ervais e madeiras nobres.

O contingente populacional existente à época era formado, quase exclusivamente, de caboclos (cuja atividade principal era a coleta da erva-mate e o plantio de pequenas roças para a produção de alimentos necessários à sua sobrevivência) e de índios, normalmente deslocados de seus grupos e já pouco arredios à presença de brancos.

A erva-mate era vendida aos argentinos que circulavam livremente em busca do produto.

Podemos considerar a fase de formação das fazendas e abertura dos caminhos como a "fase pecuária", que promoveu uma aproximação bastante grande com a região, tendo, inclusive, conseguido a maior e mais profunda penetração populacional no Oeste. Isto converteu-se num dos maiores argumentos brasileiros para a preservação do território sob seu

domínio, mas não conseguiu trazer o efetivo povoamento e ocupação do território.

O interior do Oeste não foi conhecido e nem explorado, embora houvesse a certeza da existência de muitos outros ervais, tão ou mais abundantes que os já conhecidos.

Naturalmente, não se pode considerar como frustrada a tentativa de ocupar o território, embora seu sucesso não possa ser considerado pleno. O Oeste foi, basicamente, um roteiro a ser vencido por uma estrada sem, contudo, ter sido considerado como região a ser ocupada e desenvolvida. A sua maior importância residia na diminuição da distância percorrida pelas tropas e na fuga dos impostos intermediários, pagos em Lages pelos tropeiros. Necessário se faz, porém, reconhecer que produziram-se condições de aproximação suficientes para uma futura integração regional à economia brasileira.

Não se tendo conseguido produzir efeitos de colonização, suficientes para assegurar os domínios brasileiros, mais tarde, houve necessidade de formação das colônias militares de Chapecó e Chopim.

5. A COLÔNIA MILITAR DE CHAPECÓ

O Oeste catarinense foi alvo de duas disputas de limites, ou seja, a disputa entre o Brasil e a Argentina e a disputa entre Santa Catarina e o Paraná.

A pendência da região com a Argentina teve origem ainda antes da independência de ambos os países, com o tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

As posses ibéricas foram definidas da seguinte forma:

- a) Rio Uruguai, antigamente denominado de Goio-En;
- b) Rio Iguaçu, antigamente denominado de Grande ou Curitiba;
- c) **A faixa intermediária entre esses dois vales.**

No tratado de Santo Ildefonso, as divisas foram definidas como nos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas as comissões demarcadoras nunca definiram claramente a localização dos referidos rios.

Em 1881, os argentinos informaram ao Brasil que os

rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio do tratado, eram os rios Chapecó e Chopim, e reivindicavam para seus domínios a área compreendida entre estes. Para o Brasil, não havia como discutir uma solução em que houvesse a perda do território (WACHOWICZ, 1985). Após esse episódio, o governo imperial brasileiro resolveu instalar as colônias militares de Chapecó e Chopim, visando assegurar a posse sobre o território em questão.

No ano de 1888 os argentinos retificaram a sua interpretação da questão, afirmando que o Rio Peperi-Guaçu (afluente do Uruguai), era o Rio Chapecó e o Rio Santo Antônio era o Rio Jangada (afluente do Iguazu). (WACHOWICZ, 1985).

Quando dessa disputa com a Argentina, a erva-mate era a principal atividade econômica da região e os argentinos foram os primeiros a conhecer e explorar esses ervais abundantes.

A primeira atividade oficial brasileira foi a abertura do caminho para as missões do Rio Grande do Sul, passando essa região ser considerada apenas como parte dessa estrada. Os argentinos, mesmo depois da abertura, continuaram a manter vínculos comerciais com a população local, durante o "ciclo" da erva-mate e, mais tarde, no "ciclo da madeira".

O único mercado que adquiria o produto dessa região era o argentino e, quando os brasileiros abriram o caminho de tropas, eles já tinham feitorias e barbaquás instalados. Quando o mercado interno começou a adquirir a madeira oestina, os argentinos estavam importando madeira havia quase 50 anos.

A ação governamental brasileira preocupou-se somente em promover ações necessárias para garantir a posse do território, sem preocupar-se muito com o desenvolvimento econômico e social do Oeste catarinense.

Pelo Decreto nº 2.502, de 06 de novembro de 1859, o governo imperial criou as colônias militares de Chapecó e Chopim. (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 1984; PIAZZA, 1982).

A instalação dessas colônias foi, porém, bastante re-

tardada, e somente em 1880, o Capitão José Bernardino Bormann foi encarregado da instalação da Colônia Militar de Chapecó, o que aconteceu em março de 1882. (PIAZZA, 1982).

A Colônia Militar de Chapecó foi localizada na Campina de Xanxerê, em região próxima ao caminho de tropas, abrangendo uma área de quarenta e oito léguas quadradas e composta de quarenta famílias.

Conforme o decreto de criação, essa Colônia poderia distribuir títulos de terras e promover a colonização da região. No artigo segundo do Decreto de criação é colocada, como finalidade básica da Colônia, a proteção dos habitantes dos Campos de Palmas contra os índios, sendo que, ao mesmo tempo, a mesma deveria promover a catequese e civilização dos silvícolas. (PIAZZA, 1982).

Como afirma Walter Fernando PIAZZA (1982), a Colônia teve uma evolução bastante significativa:

- Em 1884, era composta de 58 casas;
- Em 1885, setenta e quatro casas, com 190 pessoas mais o destacamento militar;
- Em 1886, funcionava duas escolas, uma diurna para 26 crianças, e uma noturna para 22 praças do destacamento;
- Em 1893, possuía 124 casas de colonos e onze edifícios públicos.

Segundo Coelho dos Santos, a Colônia Militar do Chapecó, "no período compreendido entre 1882 e 1910, distribuiu 55 títulos de propriedade a agricultores...". (SANTOS, 1977, p.28).

Conforme o Sr. Teodomiro de Aguiar, cada colono recebeu a quantia de cento e doze alqueires de terra:

"Aqui era colônia militar, então só tinha cento e doze alqueire, que cada um tinha direito. Cada colono ... com dezesseis ano emancipou-se a colônia, então saiu e os colonos ficaram aqui."(1)

recebe-se que a presença dessa colônia foi fator importante para a divulgação da potencialidade econômica do

Oeste. Quando do julgamento da questão de limites (1895), houve um estudo aprofundado sobre os redutos povoados, com mapeamento de toda a área, buscando argumentação suficiente para convencer os intermediadores de que esta região deveria ser brasileira.

O sucesso da colônia teve como principal baluarte a abundância da erva-mate na região, de tal forma que os colonos que recebiam as terras tinham no seu corte e venda a única maneira de conseguir dinheiro.

A formação de lavouras, respondia apenas à necessidade de subsistência, em função da inexistência de mercado e de condições para o transporte dos produtos a outras regiões, para comercialização.

Enquanto perdurou a exportação da erva-mate e seu preço se manteve alto, mantiveram-se boas as condições de vida dos seus habitantes. Não obstante, como a exploração da erva não exigia estradas muito boas, poucas foram abertas e a comunicação dos colonos com suas terras era feita por picadas. Tendo em vista que a colônia militar foi desativada, por volta de 1908, enquanto permanecia bem dinâmica esta atividade extrativo-comercial, ficou a população aí radicada com reais possibilidades de progresso econômico. Ao contrário, quando houve a queda da exportação da erva-mate, os compradores do produto extraído em Xanxerê desapareceram e a situação dos habitantes se tornou quase insuportável, sendo que muitas pessoas passaram a não contar mais com dinheiro para adquirir os produtos básicos de sua manutenção.

Como testemunhou Teodomiro de Aguiar, após a queda do preço da erva, a vida passou a ser miserável e o comércio praticamente desapareceu:

"Aqui, naquele tempo (Década de 20), nós vivia que nem bicho. A única coisa que vinha no começo até vinte, vinha então os compradô de erva, tinha aqui movimento. Depois baixou, não havia preço da erva, então desmoronou tudo. Aqui não tinha

mais jeito quase prá vivê."(2)

Como a condição básica para que o título de propriedade fosse definitivo era a efetiva ocupação e exploração da terra, muitas dessas áreas voltaram a ser devolutas, por não terem sido demarcadas e confirmados os seus registros.

A maioria dos donos dessas terras não tinham condições para promover a demarcação, principalmente porque o custo era imputado a quem solicitasse. Diante dessa razão e em função da miséria em que viviam, grande parte deles vendeu as terras por preços bastante baixos.

Conforme Teodomiro de Aguiar narra em sua entrevista, quando chegaram os compradores de terra, interessados nos pinhais existentes, os colonos vendiam logo as terras, pois nunca tinham visto tanto dinheiro e não sabiam o valor das terras que estavam vendendo, nem do dinheiro que estavam recebendo.

Falando sobre a violência da região de Xanxerê, a partir de 1918, quando foi morar no local, dizia que "... da erva-mate não tinha tanta. Agora o pinhal tinha. Depois começou a vim prá mão dos ricos, dos grandes..."(3)

Nesta entrevista com Teodomiro de Aguiar percebe-se que os colonos da colônia militar eram pobres e sem capital para promover a exploração das riquezas (o pinhal e a erva). Os "grandes", citados por Teodomiro, provinham do Rio Grande do Sul e exerciam uma pressão muito forte, para que esses colonos vendessem a terra ou os pinhais.

Com a venda, os colonos procuravam melhorar a sua vida e conseguir o que a terra não lhes dava. A grande maioria deles, porém, continuou na região como peão dos madeireiros que começaram a se instalar, tendo-lhes adquirido as terras.

"Eu tinha bastante terra, tinha ganhado, mas me vi obrigado a vender, prá não ter, não havê desastre na família."(4)

Quando falava sobre os donos da terra, o Sr. Teodomiro de Aguiar dizia:

"Uma parte tinha que era dos colo-

nos da colônia militar. Eles ganharam a terra. Esses colonos entraram essa colônia durou dezesseis ano... Mas veio depois, mais tarde um pouco, os outros interessados e compravam. Eles não sabiam o que tinham, mesmo não valia nada, porque essa terra tava na mão da pobreza. Aquele que era pobre, que tinha a terra e aí começô a vim preço, então vieram comprando."(5)

Mesmo quando não queriam, alguns colonos viam-se obrigados a vender a terra ou o mato, por não terem condições de explorá-los; tentados pelas propostas ou por medo dos problemas, muitos deles cediam.

Em entrevista realizada por Maria Aparecida dos Santos, aluna de curso de pós-graduação em História, uma cabocla de 115 anos, D. Maria Gertrudes Pedroso, residente no interior do município de Xaxim, e que viveu em área concedida pela Colônia Militar, fala que os colonizadores, ao chegarem à região, não pediam se o caboclo queria vender a terra, mas afirmavam que ele tinha que vender porque não eram capazes de aproveitá-la e eles precisavam da mesma para vendê-la a colonos que poderiam produzir bastante coisas. Ainda, alegavam que era muita terra para um morador só e que eles deveriam vender para permitir que outro aproveitasse:

"Você tem que vender esse pedaço de terra prá mim. Você tem que vender, ele não disse: você quer vender ou não."(6)

Poucos colonos reunidos por José Bernardino Bormann mantiveram a propriedade de suas terras. Alguns, no entanto, venderam a maior parte dela, ficando com uma pequena parte que lhes permitisse a sobrevivência.

O afastamento do colono caboclo de sua terra, demonstra que alguma coisa não deu certo na formação da colônia militar. Realmente, eles possuíam poucas condições para a formação de lavouras capazes de produzir os excedentes que

os colonizadores tanto queriam. As razões dessa baixa produtividade podem ser diversas: no início, não havia comércio para o produto da roça e, a erva-mate, abundante em suas terras, era muito procurada; com a queda da mesma, a volta ao trabalho na lavoura não aconteceu, a não ser para produzir o mínimo necessário para a sobrevivência. Em função da falta de recursos, da falta de força e por ser urgente conseguir algum dinheiro, preferiam trabalhar como peões de algum madeireiro ou de outro colono.

Vendendo sua terra, passaram a transitar como posseiros nas áreas em que acampavam. Quando se tornaram posseiros, quase na totalidade, o seu relacionamento com a terra e com seus vizinhos posseiros adquiria características muito particulares.

"... cada um que não era proprietário, fazia uma divisa, um respeitava o outro, compreende o senhor né. Intão o senhor ficava trabalhando, dentro do que lhe pertencia, e o outro também."(7)

A comunidade de posseiros caboclos procurava definir as suas próprias divisas, através das picadas. Cada posseiro respeitava essas divisas.

"Nós plantava bastante milho prá tratá a criação porque o comércio não tinha, não tinha estrada, feijão prá comê e justamente, o finado pai criava animal e tinha um vizinho que tinha um burro especial. Botava em produção as éguas né, prá produzir, nós tinha vaca de leite, e o porco criava bem né, mas tinha que cumê porque não tinha exportação, não tinha estrada."(8)

É a roça cabocla, produzindo alimentos (milho, fei-

jão, arroz, batata, mandioca, batatinha), além dos animais necessários para a sua manutenção e transporte (porco, vacas, mulas), mas sempre para o consumo próprio, porque não tinha comércio, e nem estradas. A mula, resultante do cruzamento do jumento com a égua, pela sua grande resistência, era o animal preferido, quer para montaria quer para transporte de cargueiros.

Em todo o Oeste, o caboclo raramente conseguiu se manter como proprietário. Por isso, formou, em quase toda a área, a mão-de-obra assalariada das indústrias madeireiras.

Muitos deles foram se interiorizando, à procura de uma terra que ainda não tivesse sob o controle de algum madeireiro ou colonizador, que pudesse ocupar sem que ninguém o perturbasse. Na realidade, o colono da Colônia Militar veio se somar aos cortadores de erva da região, para a formação de uma população de despossuídos que gravitavam ao redor das grandes empresas exploradoras de madeira ou colonizadoras.

A partir das últimas décadas do século passado, durante a existência da Colônia Militar, apareceu na região oeste catarinense e sudoeste do Paraná, o luso-gaúcho, trazido principalmente em função da Revolução Federalista de 1893.

José Bernardino Bormann, comandante da Colônia, não fez restrição à sua penetração em função da necessidade de povoamento da região, e pelas possibilidades de formação de povoações que representavam. (WACHOWICZ, 1985).

6. APROPRIAÇÃO DA TERRA E O AFASTAMENTO DO CABOCLLO

Na maioria das áreas do povoamento no Oeste Catarinense no início do século, e mesmo em ocupações anteriores, a melhor forma encontrada para conseguir acesso à terra era o intrusamento ou posse.

A propriedade da terra era difícil de ser conseguida, principalmente pelos entraves burocráticos. Poucos tinham condições culturais para o conhecimento dessa estrutura. O caboclo não teve muitas condições para se escolarizar sendo

normalmente analfabeto. Sua filosofia de vida era contrastante com a filosofia capitalista.

Rui WACHOWICZ (1985), referindo-se à ocupação e colonização do sudoeste do Paraná, coloca que a população pobre, para conseguir terra, tinha que tomar posse. Na região de campos, a presença desses posseiros era tolerada pelos ricos fazendeiros e donos de sesmarias pelas seguintes razões:

- Como as sesmarias e fazendas só produziam para exportação, esses posseiros eram praticamente os únicos fornecedores de alimentos básicos produzidos em suas roças caboclas.

- Com o tropeirismo, os posseiros que se instalavam ao longo dos caminhos, eram importantes para o abastecimento das tropas.

- Por ser pobre, o posseiro abria suas roças na mata e começava a produzir alimentos essenciais, sem onerar os cofres públicos.

- O posseiro, geralmente, localizava-se na "frente da frente" de colonização. Com o seu desbravamento, facilitava e barateava a instalação de propriedades e colonizações.

- A existência dessa "frente da frente" canalizava os indivíduos mais incômodos e turbulentos para fora das regiões mais tradicionais de colonização, aliviando as tensões. - O sistema de posses era itinerante e nunca definitivo. Com a chegada dos agricultores, esse posseiros eram desalojados por compra da posse ou expulsão. (WACHOWICZ, 1985).

Percebe-se uma similaridade muito grande da situação anterior com a situação dos habitantes do antigo Chapecó e mesmo com a dos caboclos da área do contestado, assim descrita por Marli Auras (1984, p.30):

"Aos que não tiveram a ventura de pertencer a esse privilegiado grupo, (proprietário), restava ainda, o acesso às terras mais distantes, ou o uso daqueles pedaços não próprios para a prática pastoril".

Com a instituição da propriedade privada e com as concessões de grandes áreas a quem tivesse prestígio político, os habitantes delas passaram a ser empurrados para terras mais distantes, onde não havia a colonização ou reclamação da terra pelos proprietários, ou, então, permaneciam em lugares onde as terras não se prestavam à exploração pecuária ou para às atividades agrícolas mais racionalizadas.

Também retratando a precária condição do caboclo oeste-rio-grandense, o depoimento de Breves (apud CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 1984, p.55) deixa entrever claramente o choque de interesses entre a classe dominante, que ele mesmo representava, e os caboclos, quando registra:

"Havia entre os caboclos de Chapecô, a respeito das terras, uma falsa concepção do que era posse: eles confundiam intrusão com posse..."

As áreas devolutas, de propriedade do Estado, eram as preferidas pelos posseiros para sua ocupação e posse.

O governo imperial, o republicano, bem como os provinciais e posteriormente os estaduais, optaram claramente pela colonização de origem estrangeira. Com isso tornou-se prioritária a formação de frentes de colonização. No Oeste de Santa Catarina, o surto colonizador foi se acentuando, principalmente após a solução da questão de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, em 1916. Essa nova frente agrícola tinha como principais núcleos incentivadores as colônias instaladas no Norte do Rio Grande do Sul, compostas por descendentes de imigrantes, principalmente italianos.

"O que vai ocorrer, então, no Oeste Catarinense, é a expulsão sistemática dos caboclos de suas terras, para dar lugar à entrada dos imigrantes e descendentes (esses vin-

dos do Rio Grande do Sul) que recebiam das colonizadoras títulos da terra adquirida". (CIMI, 1984, p.55)

A penetração do caboclo para o interior foi ocorrendo paulatinamente, sempre fugindo à penetração da colonização e à institucionalização da propriedade privada da terra. O caboclo, normalmente, se via rejeitado pelas novas comunidades de colonos proprietários das terras que ocupavam.

"Olha, diretamente, quando compravam, que eles não tinham condição, então eles entravam mais mato a dentro, compreende? Pegava a família dele, fazia um pique, arrumava um lugar bom, de terra boa, porque terra boa essa região é, né, intão é... uma água boa. E o home entrava lá com a familinha dele, trabalhá, né, vivê a vida".(9)

Normalmente, nas colonizações mais recentes, os colonizadores usavam a estratégia de dar ao caboclo ocupante, a oportunidade de adquirir a área onde era posseiro, sempre com a certeza de que o caboclo não teria dinheiro para pagar a terra. Pela forma de assédio, o caboclo obrigava-se a abandonar aquele ofício e entrar no mato adentro em busca de um lugar para construir sua tosca casinha e produzir os alimentos para sua sobrevivência, o que Marli Auras denomina de "Mínimos Vitais".

A colonização das áreas, através da venda de terras a colonos, institucionalizou a expulsão dos caboclos posseiros, que passaram a ser chamados de intrusos. Em todos os lugares sempre houve intrusos que precisavam ser afastados para que os colonos pudessem ocupar a área e produzir.

"A formulação capitalista fundamentada na propriedade da terra, fez

com que o caboclo não conseguisse conviver com a colonização patrocinada pelas companhias colonizadoras. Simplesmente pelo fato do caboclo não se preocupar com a acumulação de bens, não tinha dinheiro, suficiente para adquirir uma propriedade". (POLI, 1987, p.3)

Como o caboclo não produzia excedentes, nunca conseguia dinheiro suficiente para comprar uma propriedade e construir uma casa mais confortável. Para Wenceslau de Souza Breves:

"Cedo ficou evidente que, também... os caboclos em geral não pensavam em ser proprietários. O ideal para eles, seria continuar intrusos. Isso lhes dava várias vantagens: não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa casa ou uma boa roça, visto ali estarem provisoriamente e terem facilidade de se mudar quando quizessem muito ao gosto deles." (BREVES, 1985, p.32)

Mas, o caboclo não vivia somente na sua roça. A caça e a pesca foram fundamentais na formação de sua dieta alimentar.

- "Depois, era um lugar de muita caça, tinha muito carnero chupador de anta, né". (10)

"Bueno, cuá comida era fácil, né. Nós ia caçá, isso ali, até propiamente a gente tendo carne, né. I nós prantava mandioca, arrois, batata doce, milho a vontade... porque caça era uma coisa terivle... o

sinhor descia ali no riozinho Saudade, de tardinha, mas se o senhor ficava sentado uma hora ali com uma latinha de minhoca, dessa tarairazinha burdoguida, o senhor fazia varada".(11)

Pela forma como coloca o caboclo, a roça produzia a complementação ao alimento coletado, à caça e à pesca. Para ele, que penetrava os sertões para morar, a alimentação era uma preocupação muito pequena.

"A transformação da terra em bem de produção acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse". (AURAS, 1984, p.41)

A aceleração desse processo de titulação de terras provocou desequilíbrio na estrutura populacional, ao mesmo tempo que as relações de dominação se alteraram profundamente.

A partir da exploração da erva-mate e do início do ciclo da madeira, a terra passou a ser cobiçada e comprada, tomada ou ganha pelas companhias colonizadoras que, quase sempre, foram as mesmas que exploravam a madeira.

A retirada da riqueza natural permitia a penetração do agricultor, oriundo, principalmente, do Rio Grande do Sul, pelos caminhos da extração da madeira. Em todo o Oeste houve um surto de desenvolvimento que influenciou uma grande massa de empresários e colonos a aplicarem seus recursos na aquisição de terras.

A propriedade da terra, e a exploração da madeira, seguida de uma agricultura voltada para a produção de excedentes, provocou a exacerbação do conflito contra o posseiro, chamado de intruso.

Assim o contingente de caboclos foi diminuindo cada vez mais, em função da penetração implacável da colonização, com a propriedade privada da terra, o estabelecimento

de divisas e a produção de excedentes.

Em função de sua filosofia de vida, contrária a esse processo de apropriação e acumulação, o caboclo foi esquecido e sua passagem é, para muitos municípios, um demérito ou algo a ser omitido da história oficial.

7. A COLONIZAÇÃO

A concessão de áreas de terra foi feita aos que dominavam política e economicamente a região, e que tinham prestígio suficiente para influenciar essas concessões.

Observa-se que os favorecidos com as concessões dos governos estaduais, tanto no Paraná como em Santa Catarina, sempre foram aqueles que tinham condições econômicas para promoverem a sua exploração. Nunca foram feitas concessões de tamanho pequeno, e sim, de áreas, normalmente tão grandes que atualmente perfazem o território de vários municípios.

Com a solução da questão do Contestado (1916), a criação de municípios foi a primeira providência que o Estado de Santa Catarina tomou para confirmar sua posse sobre o território incorporado.

Pela Lei nº 1.147 de 25 de agosto de 1917, o governador do Estado, Felipe Schmidt cria os municípios de Mafra, Cruzeiro, Porto União e Chapecó, este último com sede em Passo Bormann. A maior preocupação em Santa Catarina era integrar à sua economia essa região, que, até aquela época, ainda não possuía ligações com o restante do Estado. (SANTOS, 1977).

Para se ter uma idéia do afastamento do Oeste em relação a Santa Catarina é só observar o fato de que o primeiro Governador catarinense a visitar esta região foi Adolfo Konder, em 1929, muito tempo depois de ter sido conquistada aos paranaenses.

Para que a ação estadual sobre a região pudesse ser mais efetiva, era necessário introduzir um processo de colonização, capaz de promover o povoamento e o desenvolvimento da área. Começa, então, a fazer concessões de terras

a empresas e pessoas que tivessem condições de atingir esse objetivo.

Ao mesmo tempo, emitia uma ordem para que as concessões feitas pelo Estado do Paraná fossem confirmadas e registradas no prazo de dois anos. Nessa Lei, de nº 1.181, de 04 de outubro de 1917, o governador expediu seguinte ordem:

"Art. 1º-Todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Estado do Paraná ficam obrigados a registrá-los no prazo de dois anos, a contar de 1º de janeiro de 1918.

Art. 2º-O registro deverá ser feito na Diretoria de Terras da Secretaria Geral, mediante despacho do Governador, a quem os interessados dirigirão os requerimentos, por intermédio das agências de Terras.

§ Único - Os requerimentos devem ser instruídos com o título, planta, memorial e mais documentos necessários para verificação de veracidade da concessão, da área, limites e situação dos terrenos.

Art. 3º-Sempre que houver qualquer dúvida relativa aos limites, confrontações e área de terreno, se procederá a uma verificação técnica, correndo as despesas por conta do requerente, quando provada qualquer inexatidão do que alega ou documenta". (apud PIAZZA, 1982)

Pelo texto acima referenciado, observa-se que era necessário um grande nível cultural para poder cumprir a exigência da regularização do registro, que precisava ser instruído com processos completos.

Sem dúvida, os beneficiados desta Lei foram aqueles

que possuíam grandes concessões, enquanto que os outros ve-
riam suas terras sendo consideradas devolutas e fazendo
parte de novas concessões, como ocorreu com parte das ter-
ras concedidas pela Colônia Militar de Chapecó.

Embora, à época de criação do Município de Chapecó,
houvesse poucos proprietários de terras, sendo que a mai-
oria deles possuíam grandes áreas, já existia grande quanti-
dade de caboclos habitando a região com direito a possuírem
a terra que exploravam, pela morada fixa de muito anos e
por comprovarem, pelas roças, que habitavam ali o tempo ne-
cessário para legalizar a propriedade. O artigo. 2º da Lei
acima previa instrução do processo com títulos e documentos
necessários para comprovar a concessão. Para quem quisesse
requerer a legalização de posse, tornava-se mais difícil o
processo. O que mais pesava na regularização das posses era
o pagamento das despesas de medição, necessária por não ha-
ver limites definidos.

A partir da regularização das posses antigas, o Go-
verno Estadual começa a fazer concessões às colonizadoras,
concentrando-as a partir do ano 1919, que marca, também, o
início da organização das primeiras empresas de coloniza-
ção.

Ao mesmo tempo, as frentes agrícolas vão se avoluman-
do e diversificando, as pequenas cidades vão tomando corpo.
O Oeste começa a despontar por sua grande produção agrícola
e pecuária.

A industrialização dos produtos agrícolas começa a
diversificar as atividades. Os frigoríficos espalham-se pe-
la região, começando principalmente por Chapecó, que se
torna o principal pólo do desenvolvimento.

A evolução da agroindústria se deu a partir do aumen-
to da produção, pelas facilidades encontradas na comercia-
lização. Os moinhos, as serrarias e os frigoríficos vão
formando a nova realidade regional.

A ação das colonizadoras, atuando, principalmente, em
função de uma colonização fundamentada na propriedade da
terra e com elementos de origem italiana e alemã, do ponto
de vista econômico, foi efetivamente um sucesso.

8. A POPULAÇÃO EXISTENTE À ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO

Por volta de 1920, segundo a descrição de BREVES (1985), o município de Chapecó era habitado, principalmente em Xanxerê, Passo Bormann, distrito de Abelardo Luz, nos ervaais da fronteira com o Paraná, em Campo Erê e Barracão. A população, conforme o mesmo autor, era formada quase toda por caboclos, ou melhor, brasileiros da "velha estirpe". No relato que faz, os coloca como descendentes de indígenas (embora bastante distantes), ao passo que os elementos de outras origens eram pouco presentes: alguns italianos, alemães e poucos sírios. Pretos eram rarríssimos.

A população se espalhava por outras localidades, como Passo dos Índios (atual Chapecó), Fachinal do Tigre, Goio-En, embora pouco numerosa.

Este quadro mudará com a implantação dos primeiros projetos colonizadores. Além da ação destes, deve ser reconhecida também a importância da indústria madeireira na introdução de elementos de diferentes origens, destacando-se o Rio Uruguai, como elemento básico de comunicação e transporte.

Poder-se-ia caracterizar da seguinte forma a população existente à época da colonização:

a) **Indígenas:** A área era tradicionalmente ocupada pelos índios Kaingang que tinham seus núcleos em todo o interior. As marcas de sua passagem são muitas. Desde a formação das colônias nos Campos de Palmas, até a construção da estrada para Missões e Corrientes, esteve presente a mão-de-obra indígena, representada pelo índio Vitorino Condá, que comandava muitos Kaingang. Estes índios, desde que chegaram os portugueses, ou melhor, os brasileiros (paulistas, principalmente) para ocupar os Campos de Guarapuava, começaram a ser expulsos, quer pela ação violenta dos novos ocupantes das terras, quer pela aversão que os índios tinham aos recém-chegados, que possuíam princípios muito diferentes dos seus.

b) **Os caboclos:** formavam a grande maioria da população. Sua origem, é bastante confusa pois, como viu-se ao longo deste estudo, não há determinante básico que tenha

fundamentado à vinda de todos eles. Supõem-se que esses primeiros habitantes chegaram à região através da busca da erva-mate, que foi explorada desde o início do século XIX.

A colonização do Oeste levou para a região o sistema de competição e de busca do lucro. Não interessava que os sertanejos haviam sido responsáveis pelo desbravamento inicial da região. A preocupação agora era explorar os recursos florestais: era cultivar o solo agressivamente". (SANTOS, 1977, p.106)

Por essa situação de vida, os caboclos começaram a alimentar muita aversão aos colonizadores de origem, pelo fato de serem os promotores dessa nova situação e por serem, normalmente, os que lhes impunham a condição de intrusamento.

Em muitos casos, como conta o já citado medidor de terras, BREVES (1985), os proprietários eram impedidos de explorarem as suas terras porque os caboclos os impediam de ter acesso. As reações dos caboclos, porém, foram muito esparsas, sem constituir um movimento generalizado de revolta. A maioria deles respeitava muito esses colonizadores e madeireiros, por serem mais instruídos e por terem condições de lhes dar algum dinheiro em troca de seu trabalho.

Os brasileiros, que habitavam as áreas concedidas às colonizadoras, perderam completamente os seus direitos de ocupação. A especulação imobiliária e a penetração dos imigrantes foi se acentuando cada vez mais, até atingir todo o espaço regional.

c) **Os colonizadores:** No Oeste Catarinense, as velhas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul foram fundamentais para a ocupação das terras. Praticamente todas as empresas colonizadoras tiveram origem no Estado do Rio Grande do Sul, e já foram formadas com a finalidade de colonizar áreas e explorar a madeira. Pela sua origem, conseguiram uma eficiente forma de propaganda nos locais mais populosos

e, principalmente, onde as comunidades eram formadas predominantemente por agricultores. Aos donos de muitas empresas de colonização interessou promover a vinda de pessoas de mesma origem étnica.

Um exemplo claro dessa preferência por elementos de mesma origem étnica é Itapiranga, onde praticamente só foram morar pessoas de origem alemã e quase só católicos. Em Mondai, o exemplo é similar com a variante de que a religião desses imigrantes não era católica.

Os colonos que vieram para a região Oeste eram predominantemente italianos e alemães, ou de origem alemã ou italiana. Formaram uma nova camada populacional que tinha como característica fundamental a busca da propriedade da terra, a realização de lavouras para a produção de excedentes para a comercialização e a formação de indústrias diversas, como moinhos, serrarias, bem como a instalação de pequenos comércios.

Basicamente, em todas as comunidades que vinham sendo formadas, surgiam diversas atividades, visando dar todas as condições para que seus novos habitantes pudessem ter relativo conforto. Como pontos de atração para os colonos, eram construídas estradas, facilitando as aquisições das terras e, muitas vezes, até financiadas as despesas de transporte.

A indústria madeireira desenvolveu-se muito à medida que os colonos foram se instalando, pois as terras eram desbravadas e a madeira vendida. O baixo preço era compensado pela abundância do produto comercializado.

Em outros locais, as colonizadoras exploravam as madeiras mais nobres e vendiam as terras aos colonos. Foram surgindo diversas serrarias em todas as comunidades, com uma intensiva atividade de derrubada e comercialização do produto.

9. QUEM FOI O CABOCLO

O caboclo sempre teve sua vida à margem da sociedade, servindo de mão-de-obra a fazendeiros, ervateiros e madeireiros.

Embora representassem a maioria da população, os caboclos sempre foram despossuídos. Raramente conseguiam obter a propriedade de uma pequena área de terra, onde pudessem manter-se com suas pequenas roças caboclas.

Internar-se demasiadamente pelo sertão acarretaria enormes dificuldades para a consecução de manufaturados básicos, como o sal, pimenta, querosene, temperos, etc. Era necessário conseguir munição para a casa, fonte básica de alimentação. Embora BREVES (1985) afirme que os caboclos raramente comiam carne, a não ser em churrascos, o depoimento de diversos caboclos que viveram no interior contradizem esta informação, visto também a facilidade que tinham em conseguir uma dieta fundamentada na carne.

Na medida em que a colonização chegava, o caboclo ia internando-se cada vez mais, formando o que antes definiu-se como a "frente da frente" de colonização, em busca de um local onde pudesse viver em paz.

Permanecer em sua região poderia significar o despejo ou a miséria, pelos baixos salários ou pelo pagamento inadequado aos trabalhos por ele realizados.

Rui WACHOWICZ (1985), quando fala dos caboclos, faz algumas considerações muito importantes:

- para ser considerado ou classificado como caboclo precisava apenas ter sido criado no sertão, ter hábitos e comportamento de sertanejo e pele de cor mais ou menos escura;

- a grande maioria dos caboclos era o que se poderia classificar de pobres, possuíam 5, 6 ou, no máximo, 8 alqueires de posse;

- viviam em ranchinhos de pequenos troncos, cobertos com folhas de bambu. Muitos cobriam com taboinhas lascadas, normalmente de pinheiro, por serem mais fáceis de rachar. O assoalho só apareceu depois da instalação das serrarias pois, até a década de trinta, a grande maioria era de chão batido;

- geralmente possuíam cavalo encilhado, roupa para vestir nos domingos (domingueira), duas pistolas e facão.

Por outra parte, o Senhor Teodomiro de Aguiar e Silva, assim descreve o caboclo:

- "A maioria era português. Tudo gente boa. Veio do Rio Grande e outra parte do Paraná. Tinha (caboclo), tinha bastante. E uma parte bugre, que era mestiço também. Tinha muito mestiço aqui".
(13)

Essa fala refere-se à região de Xanxerê e permite deduzir a presença dos seguintes elementos:

- o branco de origem portuguesa, chamado pelo entrevistado de português;
- o caboclo, normalmente luso-brasileiro, de cor morena, chamado de "negro" pelos colonizadores;
- o mestiço representava os descendentes de índios, cruzamento com o caboclo ou com o branco;
- o bugre que era indígena, ou, pelo menos, de origem indígena.

Esses elementos formadores de Xanxerê são, também, os formadores das populações de muitas outras comunidades do interior.

Conceituar o caboclo, realmente, é uma tarefa difícil. Os autores que definem ou tentam definir, esforçam-se em determinar suas origens étnicas, buscando raças básicas que o formaram. De tal sorte que, alguns autores, contentam-se em defini-lo como resultante da miscigenação do branco com o índio. Outros colocam-no como cafuso, mameluco ou mulato.

Na realidade, o caboclo do Oeste não é simplesmente originário de cruzamento racial puro, mas do cruzamento de indivíduos já miscigenados.

O mais importante é saber que a conceituação de caboclo é muito mais **social e econômica** do que **racial**.

Conforme Wenceslau de SOUZA BREVES (1985), são brasileiros antigos, de origem indefinida, isto é, a maioria da população da época (1920-1924) que se dedicava à pequena agricultura ou era assalariado.

Se melhorasse a sua condição de vida, tornando-se proprietário, comerciante, ou pequeno industrial, deixava

de ser chamado de caboclo, (BREVES, 1985). Esta é uma realidade que se constata em diversos locais, onde caboclos que conseguiram alguma forma de enriquecimento passaram a denominar-se portugueses ou brasileiros, e não mais admitiam a denominação de caboclos.

Além disso, alguns filhos de caboclos que tiveram acesso à instrução e que conseguiram completar estudos de mais alto grau também deixaram de denominar-se dessa forma.

Basicamente, pois, o caboclo é conceituado como luso-brasileiro, e sua condição fundamental de reconhecimento é ser pobre e viver toscamente.

10. CABOCLO VERSUS COLONIZADOR

O relacionamento com o colonizador, no início, sempre foi bastante complicado, principalmente quando envolvia a necessidade de desocupar sua posse para dar lugar ao novo proprietário. O imigrante que adquiria a terra era chamado de "gringo", expressão que mais tarde veio denominar apenas o descendente de italianos. A forma mais generalizada de denominação não depreciativa era "de origem".

A rivalidade inicial ia, normalmente, cedendo lugar a uma amizade bastante firme, embora fosse mesclada com alguma dose de desconfiança, e permanecendo sempre a situação de superioridade do elemento "de origem". (WACHOWICZ, 1985).

Os casamentos entre os caboclos e os "de origem" foram ocorrendo paulatinamente, de forma bastante vagarosa, vencendo, pouco a pouco, o preconceito entre os elementos.

A maior diferença existente entre o caboclo e os "de origem" é a diferença cultural, e muitas famílias de descendentes de italianos ou alemães, até hoje, não admitem que seus filhos e filhas casem com elementos caboclos. As razões são diversas, mas pode-se alinhar algumas:

- o caboclo é considerado inferior, por não trabalhar da mesma forma que eles e por ser normalmente pobre;
- é considerado arruaceiro ou de pouca confiança, na medida que se ouvem expressões como: "parece gente branca

de tão bom que é";

- quase sempre as pessoas, principalmente no comércio, impõem diversas dificuldades para vender a crédito para pessoas morenas, consideradas caboclos.

O preconceito contra o caboclo, também existe ao inverso, isto é, caboclo tem desconfiança em relação aos "de origem":

- Marcílio Teixeira Sobrinho ao falar de um elemento de origem italiana disse que o mesmo "era gringo, mas um homem muito bom". (14)

Por isso, se percebe que os laços de amizade entre os dois segmentos podem existir, mas raramente eliminam as desconfianças mútuas e as diferenças. De tal forma que para dizer que um indivíduo do outro segmento é bom, utilizam-se virtudes comparativas ao seu próprio segmento:

Do ponto de vista, posse e uso da terra, os caboclos dividem-se em:

-Agregados: "Nas grandes propriedades havia os agregados que ali residiam com suas famílias. Arrebanhar os animais, criados soltos ... consistia o dia-a-dia desses homens. As chances de ascensão econômico-social do agregado eram praticamente nulas." (AURAS, 1984, p:28)

Nas fazendas de criação de gado, a função do agregado era arrebanhar o gado criado solto, mas no Oeste Catarinense o agregado mudou sua conceituação básica. Passou a ser um agricultor que trabalha terras de terceiros, por arrendamento ou parceria, que, normalmente, mora em algum canto da propriedade, e que paga ao dono da propriedade parte de sua produção, que pode chegar de 30% a 50%. Atualmente, esses agregados são considerados perigosos em função da possibilidade de utilizarem-se do direito do usucapião. Por isso, os proprietários das terras utilizam-se de diversas estratégias para evitar essa possibilidade. Alguns só deixam que o agregado more no local, no máximo, três anos, ou,

como observado em propriedades mais amplas, o agregado é obrigado a mudar-se de um local para outro, dentro da propriedade, praticamente a todo ano.

- **Posseiros:** Homens sem terra construíam suas toscas moradias em áreas devolutas e tinham na coleta da erva-mate seu principal ganha-pão. (ibidem).

Marli Auras continua dizendo que vendiam essa erva na bodega mais próxima para conseguir os víveres necessários para sua sobrevivência.

Em algumas regiões, principalmente nas fazendas de criação, a presença dos posseiros era inicialmente vista com certa simpatia por fornecerem alimentos básicos para as fazendas. Isso, principalmente, pelo preconceito que se formou contra a atividade agrícola. Era de muito maior "status" trabalhar como peão de estância ou condutor de tropas do que ser agricultor. (WACHOWICZ, 1985).

Com algumas exceções, como Itapiranga e São Carlos, a grande maioria dos municípios teve seu início através da ocupação do posseiro, antes da colonização das áreas.

Quando as concessões generalizaram-se em toda a região, o posseiro passou a ocupar terras cujos donos eram as Grandes Companhias Colonizadoras. Em Campo Erê, os posseiros ocuparam uma extensa área da Companhia Territorial Sul Brasil, bem como em Modelo. Para esses caboclos, havia a constante preocupação com a possibilidade de expulsão. Principalmente depois que as Companhias começaram a vender glebas para imigrantes com intenção de explorar a madeira e promover a colonização. A maioria das colonizadoras, quando recebeu a concessão, comprometeu-se a colonizar as áreas em determinado prazo e isto fez com que vendessem as partes das suas concessões que não podiam mais explorar ou que teriam maiores dificuldades para comercializar.

Com o avançar dos anos, o processo de expansão tornou-se cada vez mais violento em função da grande valorização das terras e da madeira nelas existentes. Se o posseiro residia em área devoluta em que havia erva-mate, só poderia colhê-la e trocá-la por um pagamento ínfimo, para conseguir dinheiro e comprar alimentos para sua família. E o comprador deste era geralmente o dono de bodega. Para o posseiro,

a erva-mate só tinha valor na medida que houvesse esse comprador e quem entregar a colheita.

A constatação da situação de pobreza, medida pelo próprio caboclo, em confronto com a exploração exercida pelo fazendeiro, dá certeza de que ele sentia a sua situação de miséria e que o grande dono era também dono de suas vidas. A afirmação de que muitos eram bons, demonstra que o relacionamento era, de certa forma, amenizado pelo "compadrio" que provocava o aquietamento da revolta do posseiro pela dependência para sobreviver. Normalmente, a nível de Paraná:

"O caboclo não resistia a uma proposta de compra de sua posse. Era só o colono, vindo do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, fazer uma proposta e, o negócio se concretizava. Duas são as razões que faziam com que os caboclos se desfizessem de suas posses no Sudoeste:

a) o pleno conhecimento de que sem escritura a terra não era dele. Portanto, o controle através de posse era instável e inseguro. A lembrança do ocorrido no ex-Contestado, quando os posseiros foram expulsos pela polícia particular da Brazil Railway Co., estava presente;

b) a impossibilidade de convivência do seu sistema de criação de porcos, soltos na plantação de milho, com o da agricultura intensiva praticada pelos colonos sulistas." (WACHOWICZ, 1985, p.86)

O pleno conhecimento de que não possuíam condições de questionar a propriedade de quem possuía documentação, fez do caboclo um retirante. Sua pequena roça, sua pequena

criação e sua casa tosca, normalmente facilitavam a retirada. Não só no Sudoeste paranaense, mas também no Oeste catarinense essa realidade esteve presente. Breves, citado anteriormente, como representante da Comissão de Terras, tinha o conceito de que o caboclo preferia ser posseiro. Sua posição fica prejudicada em função de sua ligação com o sistema de concessões e com o sistema de vendas das terras e suas titulações, em que o caboclo normalmente esbarrava para conseguir seu pedaço de terra.

- **Os peões:** "Eram ... homens da inteira confiança do Coronel, estando sempre à sua disposição, como uma espécie de força paramilitar, prontos para agir, nas ocasiões em que a situação exigia defesa." (AURAS, 1984, p.28)

O peão da fazenda tinha essa função mas, se observarmos a evolução de sua definição perceberemos que houve uma alteração profunda em sua atividade. Na medida em que o capitalismo evolui e que a exploração madeireira começa a se expandir, o peão passou a ser aquele que desempenhava os trabalhos de cortador, arrastador e serrador de madeira, além de ser o balseiro a conduzi-la pelo rio Uruguai. Esses peões poderiam ser temporários ou fixos, ou, mesmo, de funções avulsas, isto é, para trabalhos eventuais. Os balseiros, principalmente, tinham funções apenas temporárias, sendo chamados na medida em que as águas subiam e atingiam o nível para o transporte de madeira através de balsas. Muitos deles, porém, eram, ao mesmo tempo, cortadores, arrastadores, serradores e balseiros. Com o crescimento do número de serrarias, principalmente após a sua interiorização, passaram a ser a principal mão-de-obra, normalmente barata, por gravitar ao redor da empresa em busca de atividade.

Com o início da utilização do caminhão no transporte da madeira, as serrarias puderam interiorizar-se para locais antes impossíveis de chegar face à inexistência de

rios ou pela distância excessiva.

A partir do surgimento dessas serrarias, muitos núcleos foram se formando, normalmente, ao redor das serrarias. Muitas vezes, o proprietário da serraria, para atrair trabalhadores, oferecia casas para morar, construídas por ele ao redor do pátio da indústria.

Os salários pagos eram quase sempre baixos, não ensejando muitas perspectivas de avanço sócio-econômico e, muito menos, de autonomia.

As condições de trabalho eram muito ruins. O peão não contava com assistência médica e social e nem amparo legal para suas reivindicações. Tinha que se sujeitar às leis determinadas pelo patrão por depender dele em sua sobrevivência. Trabalhava enquanto tinha condições físicas para isso, mas se envelhecesse ou sofresse algum acidente, era "despachado" sem indenização nenhuma e sem proteção ou perspectiva. Grande parte desses trabalhadores nunca foram registrados oficialmente como empregados e sua existência só era sentida na medida em que estivessem trabalhando. Embora já bastante diminuído pelas novas relações capitalistas, existia ainda a relação de "compadrio", mas já sem aquele sentido básico de proteção e de afilhamento.

- Os **caboclos colonos**: Muitos colonos possuíam, além de suas lavouras, um trabalho eventual como peão de alguma madeireira ou cortador de erva de algum ervateiro. No tempo da erva-mate, a propriedade privada da terra era um privilégio de poucos, e, muitos posseiros, durante o período em que não tinham atividade na sua roça, iam cortar erva para os ervateiros e grandes comerciantes. Com o desenvolvimento do ciclo da madeira, houve uma grande valorização da propriedade da terra, e grande número de colonos começou a penetrar na região. Esses colonos proprietários já estavam enquadrados na faixa de produtores de excedentes a serem colocados em mercado consumidor.

Havia, também, os posseiros de áreas devolutas ou de companhias colonizadoras que se dedicavam à produção de suínos de "safra". Criavam o suíno solto em roças de milho, e quando estava gordo, o conduziam aos locais de comércio para vendê-los. Nos períodos de entresafra, exerciam as

funções de peões de madeireiros como derrubadores, arrastadores, serradores ou balseiros. Grande parte dos balseiros que conduziam a madeira para ser comercializada na Argentina através do Rio Uruguai, eram colonos, como Gentil Arnol-do Pedrotti, que fez muitas viagens até o porto de São Bor-ja, no Rio Grande do Sul.

A evolução do mercado dos produtos agrícolas fez com que esses colonos buscassem uma diversificação maior na produção agrícola, afastando-se dos trabalhos eventuais, por serem muito mal remunerados pelos donos de madeiras. Como definitivo afastamento desse colono de origem, o peão passou a ser quase que totalmente de origem cabocla, razão pela qual o conceito de "peão" passou a referir-se a uma relação de trabalho que unia o caboclo ao colono "de ori-gem".

Ao dono do capital, da terra, das indústrias de erva e da madeira interessava maximizar os lucros e concentrar cada vez mais o seu poderio econômico que se traduzia tam-bém em domínio político. Essa situação deveria ser mantida a qualquer custo, através de vendas lucrativas, minimização de custos, compensação de despesas.

O trabalhador, por sua vez, trabalhava para conseguir a sobrevivência. Cuidava do gado, extraía a erva, cortava e transportava a madeira a troco de manufaturados, favores e um pequeno salário, que lhe assegurasse a condição mínima para sobreviver. Em todas as fases, caracterizou-se como despossuído, possessor de terras que não eram suas, analfa-beto, explorado.

A situação de isolamento, referida nas falas apresen-tadas em entrevistas, deixava o caboclo sem possibilidades de contatos mais constantes com as comunidades evoluídas e com o comércio mais especializado. Em consequência disso, as comunidades interioranas passaram a ter uma forma de or-ganização própria, fundamentada na necessidade dos seus elementos.

"Há uma nova correlação de forças em constituição. A caminho de sua realidade a ordem capitalista de-

seestrutura as tradicionais relações de dominação. E, neste movimento histórico, não tendo vez nem voz, o marginalizado homem sertanejo procura elaborar seu próprio modo de explicar e atuar sobre o mundo." (AURAS, 1984, p.44)

Essa correlação de forças evidencia a passagem de uma estrutura coronelista, onde dominam fazendeiros, para uma estrutura capitalista, que tem, como dominadores, os empresários, desde os donos de barbaquás até os donos de grandes áreas de terras que exploravam por conta a madeira ou a adquiriam dos proprietários das terras para serrá-las ou conduzí-las em toras para a Argentina, através das balsas do rio Uruguai.

Essa nova classe dominante provoca a queda das relações mais amenas entre agregados, posseiros, peões e fazendeiros e faz surgir uma nova ordem de relações de trabalho, que traz em seu bojo a formação de um proletariado trabalhando a baixos salários para a produção de lucros aos donos da erva-mate ou da madeira.

O caboclo, cujas características comentamos, passou por todas as fases da economia, como espoliado e marginalizado do processo de criação de riquezas, reduzido a executor das tarefas básicas que não traziam recompensas, a não ser um irrisório salário que o tornava cada vez mais dependente e menos capaz de se livrar dessas algemas.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fases econômicas que ocorreram na região (criação de gado, exploração da erva-mate e madeira) sempre se caracterizaram pela forte concentração de capital financiador da economia.

Na criação de gado, os fazendeiros, elevados ao "status" de coronéis, os grandes empresários exportadores de erva-mate e os grandes donos de terra e de serrarias na fa-

se da madeira, dominavam a região política e economicamente, transformando-a de tal forma que tudo era propriedade deles, inclusive as pessoas que para eles trabalhavam.

Desta forma, deu-se o afastamento sistemático do caboclo, visto como estorvo ao bom desenvolvimento das novas comunidades.

Na fase colonizadora propriamente dita é que começa a migração dos caboclos que circulam ao redor das pequenas serrarias, trabalhando como empregados baratos, proletariando-se gradualmente.

A problemática analisada, mais do que uma certeza de entendimento da filosofia de vida e da situação do caboclo na região, suscita interrogações que precisam de complexas respostas e amplas pesquisas.

Para onde foi o caboclo, a partir do momento em que não havia mais terras livres para ocupar?

Diversas hipóteses podem ser levantadas e serão ou não confirmadas através de novas pesquisas.

Sabe-se, todavia, que existem localidades em que o caboclo predomina ou forma a maioria dos habitantes. Geralmente esses locais são de difícil acesso ou as suas terras são de difícil exploração agrícola. Urge efetuar um levantamento desses núcleos e, através de metodologia adequada, proceder à sua caracterização.

Ainda hoje é possível encontrar caboclos como arrendatários e posseiros. Outros transformaram-se em pequenos proprietários. Provavelmente, poder-se-á encontrar caboclos nos movimentos de agricultores sem terra, que gravitam em torno dos latifúndios.

Podem ser facilmente identificados alguns também na periferia das maiores cidades do Oeste. Resta saber, porém, se essas periferias foram formadas pelos caboclos em busca de empregos.

Paralelamente, sabe-se que muitos saíram em direção dos Estados do Norte, passando pelo Paraná, seguindo até o Mato Grosso e Rondônia, talvez, rumaram para o Paraguai.

É possível que muitas destas especulações dêem respostas às perguntas provocadas pelo estudo aqui desenvolvido. É fundamental, entretanto, que os historiadores oesti-

nos se preocupem com todas essas possibilidades e desenca-
deiem pesquisas a respeito do caboclo, pioneiro esquecido,
cuja memória merece ser recuperada e ter reconhecido seu
papel no desbravamento regional.

12. NOTAS

(1) Entrevista realizada com Teodomiro de Aguiar, por Tânia Maria Castello Catalan, em 13 de novembro de 1986, depositada no CEOM/FUNDESTE, p.12.

(2) Aguiar, cit. p.12

(3) Idem, p.14

(4) Aguiar, cit. p.14

(5) Idem, p.13

(6) Entrevista realizada com Maria Gertrudes Pedrozzo, por Maria Aparecida dos Santos, em 03 de março de 1987 depositada no CEOM/FUNDESTE.

(7) Entrevista realizada com Marcílio Teixeira Sobrinho, por Jaci Poli, em 18 de janeiro de 1987, depositada no CEOM/FUNDESTE, p.28

(8) Teixeira Sobrinho, cit. p.07

(9) Teixeira Sobrinho, cit. p.31

(10) Teixeira Sobrinho, cit. p.12

(11) Idem, p.15

(12) Para um estudo mais detalhado a respeito das coloniza-
doras do antigo Chapecó ver PIAZZA (1982) e MARTORANO
(1982/3).

(13) Teixeira Sobrinho, cit. p.15

(14) Teixeira Sobrinho, cit. p.25

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AURAS, Marli. Guerra do Contestado; a organização da irmandade cabocla. Florianópolis, UFSC; São Paulo, Cortez, 1984.
- BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3(6): 07-73, 1985.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Toldo Chibanguê: história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê, CIMI, 1984.
- GAIGER, Júlio M.G. Toldo Chibanguê; Direito Kaingangue em Chapecó; análise jurídica. Xanxerê, CIMI, 1985.
- MARTORANO, Dante. Desbravadores do Oeste Catarinense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3(4): 307-13, 1982/83.
- PEREIRA, Carlos Costa. A região das Araucárias: conquista, desvassamento, riquezas naturais e seu aproveitamento. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 11(2): 31-69, 1943.
- PIAZZA, Walter Fernando. A Colonização de Santa Catarina. Porto Alegre, Pallotti, 1982.
- PIAZZA, Walter Fernando & HUBENER, Laura Machado. Santa Catarina, história da gente. Florianópolis, Lunardelli, 1983.
- POLI, Jaci. Caboclo, pioneiro esquecido. Chapecó, FUNDESTE, 1987, p.87 (Monografia).
- ROSSETO, Santo. Síntese histórica da Região Oeste. Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina, 1(1): 7-11, 1986.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. Florianópolis, Lunardelli, 1974.
- SILVA, Osmar R. da. Pioneiros Esquecidos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 11(2): 27-9, 1943.

SILVA, Zedar Perfeito da. Oeste Catarinense. Rio de Janeiro, Gráfica Lemmert, 1950.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização. Curitiba, Lítéro Técnica, 1986.

ENTREVISTAS

01. Entrevista realizada com Marcílio Teixeira Sobrinho, por Jaci Poli, em 18 de janeiro de 1987, depositada no CEOM/FUNDESTE, 31 p.
02. Entrevista realizada com Maria Gertrudes Pedrozo, por Maria Aparecida dos Santos, em 13 de março de 1987, depositada no CEOM/FUNDESTE, 33 p.
03. Entrevista realizada com Teodomiro de Aguiar, por Tânia Maria Castelli Catalan, em 13 de novembro de 1986, depositada no CEOM/FUNDESTE, 43 p.

INSTRUÇÕES A COLABORADORES

- *CADERNOS DO CEOM publica trabalhos originais diretamente relacionados com o processo de desenvolvimento histórico-cultural da Região Oeste de Santa Catarina.*
- *Os trabalhos apresentados sob a forma de pesquisa, artigos teóricos e resenhas serão apreciados pelo Conselho Editorial e por especialistas que se reservam o direito de sua publicação ou não.*
- *O Conselho Editorial permite-se fazer pequenas modificações no texto e, no caso de alterações significativas, estas serão sugeridas ao autor.*
- *O conteúdo dos Cadernos pode ser livremente transcrito, observada a ética autoral que determina a indicação da fonte.*
- *Os conceitos e afirmações contidas nos artigos serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).*
- *As referências bibliográficas completas devem ser relacionadas no final do artigo em ordem alfabética.*

Os trabalhos deverão ser datilografados em duas vias encaminhados à:
**FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO OESTE-CENTRO
DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE
DE SANTA CATARINA-CEOM**

*Av. Senador Atílio Fontana, Bo. EFAPI
Cx. Postal, 747/Fone: (0497) 225033
89800 – CHAPECÓ – SC*

ASSINATURAS: *No endereço acima mencionado ou com cheque, em nome da FUNDESTE/CEOM: A/C Hilda Ortiz. Valor para o ano de 1991: Cr\$ 1.500,00.*

Números avulsos: *Cr\$ 500,00 (valor dos No. 01 e 02 da série DOCUMENTOS e dos números atrasados dos CADERNOS DO CEOM)*

COMPLETE SUA COLEÇÃO.

Composição, arte final e impressão

ASSESOAR

**Av. Gal. Osório. 500
85.600 – Fco. Beltrão – PR
Fone (0465) 23-4744**
